

# Intercâmbio de Experiências do IICA no Brasil: Construindo Juntos a Cooperação Técnica

Relatório da IV Reunião de Intercâmbio realizada  
em Brasília, dias 17 e 18 de agosto de 2011





## IV Reunião de Intercâmbio

DE EXPERIÊNCIAS DO IICA NO BRASIL: CONSTRUINDO JUNTOS A COOPERAÇÃO TÉCNICA

## Intercâmbio de Experiências do IICA no Brasil: Construindo Juntos a Cooperação Técnica

Relatório da IV Reunião de Intercâmbio realizada  
em Brasília, dias 17 e 18 de agosto de 2011



© Instituto Interamericano  
de Cooperação para a  
Agricultura (IICA), 2011

O IICA promove o uso justo deste  
material, pelo que se solicita sua  
respectiva citação.

Esta publicação também está  
disponível em formato eletrônico  
(PDF) no sítio *web* institucional  
<[www.iica.org.br](http://www.iica.org.br)>

**Coordenação editorial:**

**Copidesque:** Cecilia Fujita

**Design gráfico:** João Del Negro

**Impressão:** Gráfica XXXXXXXX

Ficha catalográfica

**Representante do IICA no Brasil**

Manuel Rodolfo Otero

**Planejamento e Coordenação Técnica**

Aureliano da Costa Matos

Gisele Ceccon

Heithel Souza Silva

**Relatoria**

Mauro Márcio Oliveira

**Coordenadores de Mesa**

Aureliano da Costa Matos

Carlos Miranda

Cristina Costa

Gertjan Beekman

Heithel Souza Silva

Manuel Rodolfo Otero

**Apoio Administrativo**

XXXXXXXXXXXX

**Fotos**

Rodrigo Germano Rodrigues



Este documento contém uma síntese dos  
resultados da IV Reunião de Intercâmbio de  
Experiências dos Projetos de Cooperação  
Técnica do IICA no Brasil. Foi elaborado  
pelo relator Mauro Márcio Oliveira. Em  
hipótese alguma pretende esgotar os temas  
abordados e as discussões ocorridas; ao  
contrário, tem por objetivo servir de base  
para a ampliação de debates em torno  
da cooperação técnica na integração de  
projetos decorrentes de políticas públicas  
federais, estaduais e municipais.




## Siglas

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BM (BIRD)	Banco Mundial
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF/NE	Consolidação da Agricultura Familiar, no Nordeste
CAF/Sul	Consolidação da Agricultura Familiar, no Sul
CCP	Centros Comunitários de Produção
CERB	Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia
CGU	Controladoria-Geral da União
Codevasf	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CPR/NE	Combate à Pobreza Rural, no Nordeste
DNOCS	Departamento Nacional de Obras contra as Secas
Eletrobras	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Eletronorte	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
Emater-DF	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural





	do Distrito Federal
<b>Embrapa</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>FBB</b>	Fundação Banco do Brasil
<b>FIDA</b>	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
<b>GCI-9</b>	9 <sup>th</sup> General Capital Increase [9 <sup>a</sup> Reposição de Capital]
<b>GIZ-Brasil</b>	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
<b>IBGE</b>	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>Ibradec</b>	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>IDAMS</b>	Software para segurança de barragens, cujo nome é um acróstico de "inspeção", "detecção", "análise", "monitoramento" e "segurança"
<b>IFC</b>	International Finance Corporation
<b>IICA</b>	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
<b>INCT-PPED</b>	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento
<b>Inmet</b>	Instituto Nacional de Meteorologia
<b>INSA</b>	Instituto Nacional do Semiárido
<b>MAPA</b>	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>MCT</b>	Ministério da Ciência e Tecnologia
<b>MDA</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
<b>MI</b>	Ministério da Integração Nacional
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiente
<b>MME</b>	Ministério de Minas e Energia
<b>Moderagro</b>	Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais
<b>Moderfrota</b>	Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras
<b>Moderinfra</b>	Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem
<b>MPOG</b>	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
<b>MST</b>	Movimento dos Agricultores Sem-Terra



<b>NEAD</b>	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento
<b>OTCA</b>	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
<b>PAN-Brasil</b>	Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca
<b>PCPR</b>	Projeto de Combate à Pobreza Rural
<b>PCT</b>	Projeto de Cooperação Técnica
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional de Domicílios
<b>PNCF</b>	Programa Nacional de Crédito Fundiário
<b>PNDR</b>	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
<b>Procap-Agro</b>	Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária
<b>ProciTrópicos</b>	Programa Cooperativo de Investigação e Transferência de Tecnologia para os Trópicos Sul-Americanos
<b>Prodecoop</b>	Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária
<b>Projeto ABC</b>	Projeto Agricultura de Baixo Carbono
<b>Pronaf</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>SGE</b>	Sistema de Gestão Estratégica
<b>SDA-CE</b>	Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará
<b>Seagro-TO</b>	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado do Tocantins
<b>Seapa-DF</b>	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal
<b>Segib/Brasil</b>	Secretaria-Geral da Conferência Ibero-Americana
<b>SII</b>	Sistema de Informações de Irrigação
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União
<b>UnB</b>	Universidade de Brasília
<b>Unicamp</b>	Universidade Estadual de Campinas
<b>Unicef</b>	Fundo das Nações Unidas para a Infância
<b>USDA</b>	United States Department of Agriculture



# Sumário

Apresentação.....	12
1. Antecedentes.....	16
2. Programação da IV Reunião de Intercâmbio.....	18
3. Abertura.....	22
4. Síntese das Palestras e Debates.....	26
1ª Conferência: <i>Pobreza rural: concepções e determinantes.</i> Pontos para uma agenda de políticas públicas.....	27
1º Painel.....	31
2º Painel.....	36
3º Painel.....	40
2ª Conferência: <i>Desafios da Cooperação Técnica Internacional no     contexto da legislação específica atual.....</i>	44
4º Painel.....	45
5º Painel.....	49
3ª Conferência <i>Experiências da Rede Interamericana de Cooperação     Técnica do IICA (El Modelo de Gestión de la Cooperación Técnica del IICA).....</i>	52
6º Painel.....	53
7º Painel: <i>Reflexões e Considerações Finais sobre a IV Reunião de Intercâmbio.....</i>	57
5. Atividades Complementares.....	64
6. Lista dos PCT que foram objeto da IV Reunião de Intercâmbio.....	68
7. Anexos.....	70
7.1 – Lista dos Participantes.....	71
7.2 – Lista das Instituições Representadas.....	79
7.3 – Registro fotográfico da IV Reunião de Intercâmbio.....	82






# Apresentação

O Escritório do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) no Brasil tem a honra de apresentar às autoridades, aos profissionais e aos representantes de instituições públicas, privadas e do terceiro setor experiências selecionadas de cooperação técnica no âmbito de sua especialidade, encerradas e em processo de desenvolvimento, relatadas e discutidas durante a *IV Reunião de Intercâmbio*, realizada em Brasília, nos dias 17 e 18 de agosto de 2011.

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores (MRE), em apoio à iniciativa do IICA, entende que a cooperação técnica internacional é peça fundamental para que o Brasil possa se tornar um ativo membro da comunidade que oferece cooperação a países com menores possibilidades de desenvolvimento na agricultura. Internamente ao Brasil, o IICA já colhe os frutos do entendimento de que a cooperação técnica é uma instituição que atua de forma diferenciada, horizontal e bilateralmente, o que vem merecendo um tratamento compatível com sua natureza e suas responsabilidades de parte de autoridades do Poder Executivo e do Judiciário.

Como mais um passo em direção ao entendimento pelo compartilhamento de experiências, a *IV Reunião de Intercâmbio*, promovida pelo Escritório de Representação do IICA no Brasil, foi inteiramente dedicada ao diálogo nas áreas de competência do Instituto, tendo, para tanto, oferecido, além das atividades de plenário, uma “Sala Interativa de Projetos” – com publicações técnicas, *banners* e explanação, em TV e DVD, de experiências exitosas destacadas no âmbito dos projetos de cooperação técnica





– e um “Espaço de Articulação”, em que os participantes puderam identificar potenciais parceiros e dar início a entendimentos preliminares para novas iniciativas.

A *IV Reunião de Intercâmbio* foi composta de três conferências e sete painéis, tendo os temas sido apresentados por 25 dirigentes, técnicos, professores e representantes de movimentos sociais para cerca de 150 profissionais especialmente convidados para o evento.





# 1 Antecedentes

Em 2008, a Representação do IICA no Brasil implantou uma sistemática de promoção de reuniões técnicas anuais de intercâmbio de experiências realizadas no âmbito das atividades de cooperação técnica em desenvolvimento.

Desde então foram realizadas quatro reuniões técnicas de intercâmbio, em Brasília. A primeira teve lugar nos dias 2 e 3 de abril de 2008; a segunda, em 7 e 8 de abril de 2009; a terceira, em 28 e 29 de abril de 2010; e, agora, em 2011, a quarta reunião técnica de intercâmbio, em 17 e 18 de agosto.

De todas elas participaram representantes de instituições parceiras, sejam elas governamentais nacionais e internacionais, sejam elas do terceiro setor, além de especialistas, que contribuem com seu conhecimento específico para o êxito da iniciativa do IICA.

Como já acumula quatro reuniões anuais, o Escritório de Representação do IICA no Brasil acredita que tal evento já se inscreve como um tópico expressivo na agenda de trabalho de profissionais e instituições que tratam de áreas críticas do desenvolvimento nacional em Brasília.

Na *IV Reunião de Intercâmbio*, como nas precedentes, configuraram-se algumas condições favoráveis que estimulam a discussão e o compartilhamento de experiências inovadoras, para as quais a cooperação internacional tem se mostrado um instrumento importante para o sucesso das empreitadas quando o tema é o desenvolvimento nacional em seus vários desdobramentos.





## 2 Programação da IV Reunião de Intercâmbio

17 DE AGOSTO DE 2011		
8h30 - 9h30		<b>Credenciamento</b>
9h30 - 10h00		<b>Abertura Oficial</b> <b>Manuel Rodolfo Otero</b> , Representante do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA Brasil <b>Victor Del Angel</b> , Diretor de Gestão e Integração Regional - IICA Costa Rica <b>Ministro Marco Farani</b> , Diretor-Geral da Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE
10h00 - 10h45	CONFERÊNCIA 1	<b>COORDENADOR: CARLOS MIRANDA (IICA)</b> <b>Conferência e Debate</b> Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas <b>Palestrante:</b> Antonio Marcio Buainain - Professor Unicamp
10h45 - 11h15		<b>Gestão Social dos Territórios Rurais: a experiência dos colegiados territoriais</b> <b>Instituição:</b> Secretaria de Desenvolvimento Territorial, Ministério do Desenvolvimento Agrário <b>Apresentador:</b> Fernanda Corezola
11h15 - 11h45	PAINEL 1	<b>Avaliação Intermediária de Impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário</b> <b>Instituição:</b> Secretaria de Reordenamento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Agrário <b>Apresentador:</b> Adhemar Lopes de Almeida
11h45 - 12h15		<b>Projeto "A nova cara da pobreza rural no Brasil": objetivos, metodologia e resultados</b> <b>Instituição:</b> Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Ministério do Desenvolvimento Agrário <b>Apresentador:</b> Joaquim Calheiros Soriano
12h15 - 12h45		<b>Debate Técnico</b>
12h45 - 14h00		<b>Almoço (no local do evento)</b>
14h00 - 14h30	PAINEL 2	<b>COORDENADOR: AURELIANO DA COSTA MATOS (IICA)</b> <b>Avaliação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional</b> <b>Instituição:</b> Secretaria de Desenvolvimento Regional, Ministério da Integração Nacional <b>Apresentador:</b> Sérgio Duarte de Castro e Mauro Márcio
14h30 - 15h00		<b>Impacto da parceria da Embrapa com o IICA no âmbito do Projeto Agrofuturo</b> <b>Instituição:</b> Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária <b>Apresentador:</b> André Nepomuceno Dusi







15h00 - 15h30	PAINEL 2	<b>Cooperação Técnica na construção de Projeto Regional para o Controle e Erradicação da Mosca da Carambola</b> <b>Instituição:</b> Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento <b>Apresentador:</b> Cósam de Carvalho Coutinho
15h30 - 16h00		<b>Debate técnico</b>
16h00 - 16h30		<b>Coffee-break</b>
16h30 - 17h00	PAINEL 3	<b>COORDENADOR: HEITHEL SILVA (IICA)</b> <b>Lições do Programa Luz para Todos</b> <b>Instituição:</b> Secretaria Executiva, Ministério de Minas e Energia <b>Apresentador:</b> Aurélio Pavão de Farias
17h00 - 17h30		<b>Metodologia de avaliação socioeconômica dos Centros Comunitários de Produção</b> <b>Instituição:</b> Eletrobras <b>Apresentador:</b> Eduardo Borges e Fernando Brame
17h30 - 18h00		<b>Debate técnico</b>
18h00 - 18h45	CONFERÊNCIA 2	<b>Conferência e Debate</b> Desafios da cooperação técnica internacional no contexto da legislação específica atual <b>Palestrante:</b> Henrique Neves da Silva - Advogado
18h45		<b>Assinatura do Protocolo de Cooperação Técnica entre o IICA e a Fundação Banco do Brasil</b> <b>Lançamento do Projeto IICA Sustentável</b> <b>Coquetel</b>
<b>18 DE AGOSTO DE 2011</b>		
9h00 - 9h30	PAINEL 4	<b>COORDENADOR: GERTJAN BEEKMAN (IICA)</b> <b>Planos Estaduais de Combate à Desertificação</b> <b>Instituição:</b> Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Ministério do Meio Ambiente <b>Apresentador:</b> Francisco Carneiro Barreto Campello
9h30 - 10h00		<b>Estatística de Agricultura Irrigada no Brasil</b> <b>Instituição:</b> Secretaria Nacional de Irrigação, Ministério da Integração Nacional <b>Apresentador:</b> Donivaldo Pedro Martins e Flávio Giovanetti de Albuquerque
10h00 - 10h30		<b>Debate técnico</b>
10h30 - 11h00		<b>Coffee-break</b>



11h00 - 11h30	PAINEL 5	<b>COORDENADORA: CRISTINA COSTA (IICA)</b> <b>Análise de Segurança de Barragens: experiência IDAMS</b> <b>Instituição:</b> Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos do Estado da Bahia <b>Apresentador:</b> Neli Cerqueira, Carlos Henrique Medeiros e Ricardo Aguiar Magalhães
11h30 - 12h00		<b>A experiência do São José Agrário em parceria com o Movimento dos Sem Terra</b> <b>Instituição:</b> Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará <b>Apresentador:</b> Antonio Jeová Moura Sampaio e Ana Cristina Nascimento de Barros
12h00 - 12h30		<b>Debate técnico</b>
12h30 - 14h00		<b>Almoço (no local do evento)</b>
14h00 - 14h45	CONFERÊNCIA 3	<b>COORDENADOR: MANUEL RODOLFO OTERO (IICA)</b> <b>Conferência e Debate</b> Experiências da rede interamericana de cooperação técnica do IICA <b>Palestrante:</b> Victor Del Angel – Diretor de Gestão e Integração Regional do IICA Costa Rica
14h45 - 15h15		<b>GCI-9: O Novo mandato estratégico do BID e suas implicações para desenvolvimento rural, recursos naturais e agricultura no Brasil</b> <b>Instituição:</b> Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) <b>Apresentador:</b> John Horton
15h15 - 15h45	PAINEL 6	<b>Perspectivas de fomento para o desenvolvimento agrícola</b> <b>Instituição:</b> Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) <b>Apresentador:</b> Ivan Cossio
15h45 - 16h15		<b>Oportunidades de financiamento na luta contra a pobreza rural</b> <b>Instituição:</b> Banco Mundial (BIRD) <b>Apresentador:</b> Mark Lundell
16h15 - 16h45		<b>Financiamento de Projetos de Desenvolvimento no Apoio à Agricultura</b> <b>Instituição:</b> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) <b>Apresentador:</b> William George Lopes Saab
16h45 - 17h15		<b>Debate técnico</b>
17h15 - 17h35	PAINEL 7	<b>Reflexões e Considerações Finais</b> <b>Mauro Márcio</b> , Relator do evento
17h35		<b>Encerramento e Coffee-break</b>



## 3 Abertura

A *IV Reunião de Intercâmbio* foi aberta pelo senhor Manuel Rodolfo Otero, representante do IICA no Brasil, ante um auditório bastante expressivo que contou com representantes de diversas instituições públicas – dentre as quais, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério de Minas e Energia; de alguns governos estaduais, como Tocantins, Bahia e Ceará, bem como de entidades do terceiro setor.

Compuseram a mesa os senhores Manuel Rodolfo Otero, representante do IICA no Brasil; ministro Marco Farani, diretor-geral da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), e Víctor del Ángel, diretor de Gestão e Integração Regional da sede central do IICA, na Costa Rica.

Na sua alocução, o senhor Manuel Rodolfo Otero destacou as mudanças do mundo moderno para a cooperação técnica: horizontalidade, transversalidade, interação, avaliação. Ressaltou a importância de compartilhamento das experiências do IICA com todas as instituições e destacou a importância da agricultura nesse contexto. Mostrou-se interessado em obter como resultado da *IV Reunião de Intercâmbio*, o compromisso de novas iniciativas de cooperação.

Por sua vez, o senhor Víctor del Ángel mostrou satisfação pela realização da *IV Reunião*, pois por meio dela podem-se conhecer os rumos do IICA no Brasil e os desa-



rios do Brasil nos aspectos em que o IICA pode colaborar com os esforços do país. Ressaltou que a ABC é um importante parceiro e gostaria que os demais países das Américas tivessem instituições similares. Destacou a mudança do “marco global”, que interfere nas atividades do IICA, daí por que é importante que o Instituto se ajuste à nova realidade, especialmente no Brasil, dado o novo papel que vem forjando ante a comunidade internacional. Entre as mudanças, ressaltou o aquecimento global e, a propósito, chamou a atenção para a liderança internacional do Brasil na área dos alimentos e matérias-primas. Essa realidade emergente clama por novas responsabilidades do Brasil no mundo. Por último, destacou a utilidade da rede do IICA para o novo papel do Brasil na área de cooperação técnica, ao passar de simples receptor a doador para nações menos favorecidas, já que o mundo quer aprender com o Brasil.

Na parte final da abertura foi dada a palavra ao ministro Marco Farani. Segundo o ministro, o Brasil dispõe do maior acervo de conhecimento de agricultura tropical do mundo, e entende que o IICA tem muito a colaborar nesse particular. Porém, chamou a atenção para o fato de que a cooperação internacional no Brasil representa apenas 0,02% do PIB, contra 0,4% de países grandes e ricos e contra mais de 1% de países como a Holanda. Destacou a parceria do IICA, ao lado de outras instituições, na atuação do Brasil no Haiti como um exemplo a ser seguido. Entende, também, que a ABC precisa responder a esses movimentos com crescimento, renovação e reestruturação. Disse ser muito importante para o Brasil a presença e o trabalho das instituições internacionais como o IICA, já que acumulam muitas experiências. Elas trazem “oxigênio novo” para um país que, por ser muito grande, às vezes tende a se bastar com suas conquistas.





## 4 Síntese das Palestras e Debates



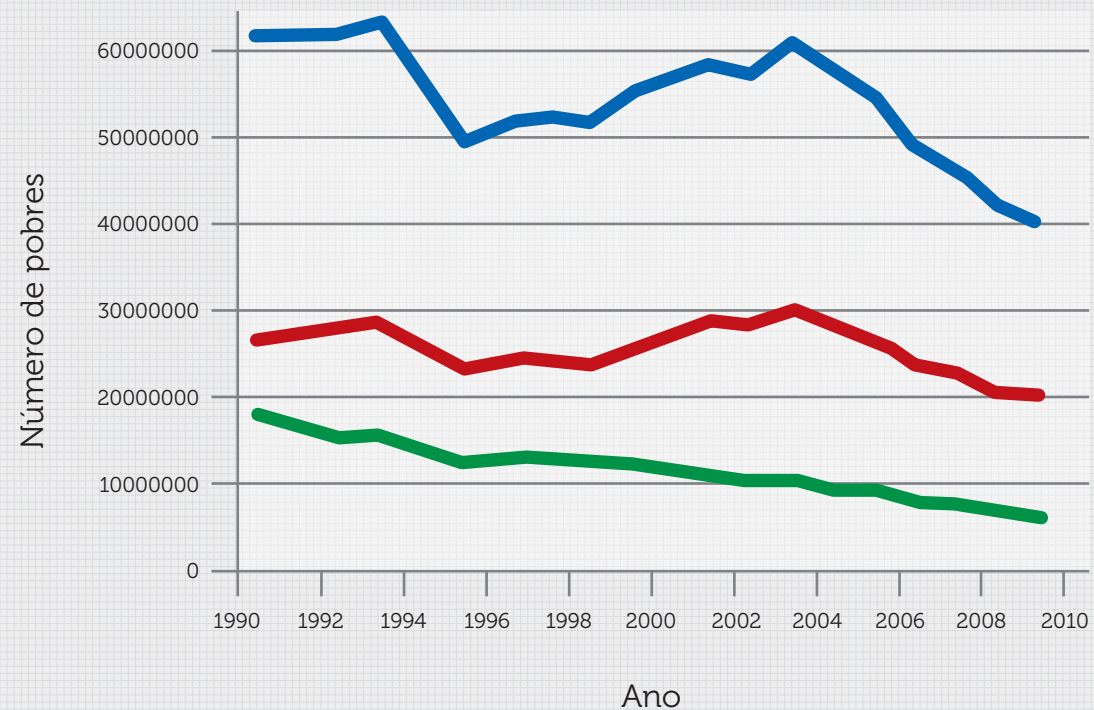
### **1ª Conferência: Pobreza rural: concepções e determinantes. Pontos para uma agenda de políticas públicas**

**Coordenador:** Carlos Miranda, do IICA.

**Conferencista:** Antônio Márcio Buainain, do Instituto de Economia da Unicamp e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Política Pública, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED).

O conferencista deu início a sua apresentação estabelecendo os conceitos, os determinantes e os indicadores da pobreza no Brasil, tendo em vista a experiência recente das políticas públicas voltadas ao problema. Para tanto, aplicou uma abordagem múltipla ao fenômeno da pobreza, em que ela é considerada complexa e multidimensional (causas históricas e dinâmicas de reprodução, que lhe dão persistência e inúmeras consequências não previsíveis); fruto da insuficiência de dotações (direitos, cidadania, infraestrutura, riqueza, bens imateriais e materiais), o que exige que os critérios de identificação sejam variados, como, por exemplo, rendimento, necessidades básicas, e até dimensões subjetivas. Em síntese, a pobreza pode ser tratada a partir de três dimensões distintas e complementares: o indivíduo pobre tem menos do que o mínimo socialmente necessário, objetivamente aceito pela sociedade (pobreza absoluta);





■ pobres total  
■ pobres urbanos  
■ pobres rurais

**Nota 1:** Os dados a partir de 2001 não são rigorosamente compatíveis com os dados anteriores (1990-1999), pois em 2000 a população foi ponderada a partir do censo demográfico.

**Nota 2:** A partir de 2001 inclui área rural de Tocantins na área rural da Região Norte.

mesmo tendo acima do mínimo ainda assim tem menos que os outros (pobreza relativa); e, por fim, sente-se sem o suficiente para seguir adiante (pobreza subjetiva).

Nos últimos vinte anos, os dados da sociedade brasileira indicam dois resultados apreciáveis:

- 1) Queda persistente da pobreza rural por efeito populacional e por melhora efetiva.
- 2) Queda (em termos absolutos) da pobreza urbana apesar do crescimento populacional.

A análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009 indica que 16,5 milhões de pessoas do mundo rural vivem em condição de pobreza, o que corresponde a 54% da população rural brasileira.<sup>1</sup> Outro achado da análise dos dados é o de que a pobreza rural pode ser considerada um fenômeno regional, já que:

- 30% das pessoas rurais do Nordeste são pobres e 38% são pobres extremos;
- 75% da pobreza rural e pobreza rural extrema concentram-se no Nordeste e Norte;
- 53% dos pobres rurais do Brasil vivem no Nordeste; e
- 70% dos pobres extremos rurais vivem no Nordeste.

O perfil da pobreza indicado pela PNAD 2009 está composto por jovens, mulheres e trabalhadores rurais desocupados, subocupados, mal remunerados e com relações de trabalho informais, assim como por trabalhadores não remunerados e pelos que vivem em domicílios chefiados por mulheres e com menores.

Embora alguns ganhos na luta contra a pobreza tenham sido obtidos por meio do acesso à educação com redução do analfabetismo, à energia, a bens de consumo, e do combate ao trabalho infantil, o acesso à terra, proporcionado pela reforma agrária, foi muito modesto, não tendo contribuído tanto quanto os outros acessos à redução da pobreza.

Ao concluir sua apresentação, o conferencista indicou que o novo perfil da pobreza aponta para uma mudança da estratégia das políticas públicas, daí a necessidade de se construir uma nova agenda de combate à pobreza rural.

<sup>1</sup> Por "pobre" deve-se entender a pessoa pertencente a domicílio com rendimento *per capita* domiciliar maior que ¼ de salário-mínimo (R\$ 103,75) e igual ou inferior a R\$ 207,50. Já por "pobre extremo", a pessoa pertencente a domicílio com rendimento *per capita* domiciliar menor ou igual a ¼ de salário-mínimo (R\$ 103,75).



Esta agenda inclui as estratégias segundo os grupos a serem atendidos e as “portas de saída” para os beneficiários.

As três estratégias indicadas são designadas como: inserir, interromper e proteger.

- *Inserir*, por meio de políticas públicas de desenvolvimento, de criação de oportunidades e de dotação de meios; educação e formação; geração de renda; e acesso a bens materiais.
- *Interromper*, com foco nos jovens e crianças, via educação, qualificação, segurança e acesso a recursos.
- *Proteger*, com foco nas mulheres e crianças, contemplando saúde, educação, água, esgoto e tratamento de lixo.

Já as “portas de saída” ou “caminhos” apontados são os seguintes:

1. O caminho da agricultura.
2. O caminho da geração de renda rural não agrícola.
3. O caminho da proteção social.
4. O caminho da migração para as cidades.

Tendo em vista o caráter multidimensional da pobreza rural, não basta que a política pública indique possibilidades, apresente condições e forneça recursos; também é necessário que se reconheça a importância das condições locais, da história de vida das pessoas, famílias e comunidades, da cultura, das expectativas das pessoas e até de fatores fortuitos e aleatórios. Para tanto, é preciso alargar o conceito do “rural”, empregado, por exemplo, no programa Territórios da Cidadania; superar a pulverização das ações; coordenar as políticas sociais e de desenvolvimento; e descentralizar com participação popular.

O trabalho apresentado faz parte do Projeto “A Nova Cara da Pobreza Rural no Brasil”.

### Debates

Pronunciaram-se o representante do MMA, da Codevasf e do Estado de Tocantins, além do consultor José Otamar de Carvalho. As questões levantadas dividiram-se entre os elogios à pesquisa e às propostas apresentadas; o interesse por resultados da pesquisa que não foram explicitados durante a apresentação e perguntas sobre

a efetividade de determinados instrumentos, como, por exemplo, a assistência técnica e extensão rural, no combate à pobreza. Causou surpresa a informação de que a contribuição da reforma agrária para a solução da pobreza no campo não havia sido considerada muito expressiva. Neste particular, chamou-se a atenção para o aumento do problema do minifúndio.

### 1º Painel

**Coordenador:** Carlos Miranda, do IICA.

**Tema 1:** *Gestão social como instrumento para o desenvolvimento dos territórios rurais*, apresentado por Fernanda Corezola, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA.

**Tema 2:** *Avaliação Intermediária de Impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário*, apresentado por Adhemar Lopes de Almeida, da Secretaria de Reordenamento Agrário, do MDA.

**Tema 3:** *Projeto “A nova cara da pobreza rural no Brasil”: objetivos, metodologia e resultados*, apresentado por Joaquim Calheiros Soriano, do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, do MDA.

O tema do presente painel representa uma continuidade do tema desenvolvido na 1ª Conferência. Ambos estão vinculados ao Projeto “A Nova Cara da Pobreza no Campo”, sob a liderança do MDA.

Fernanda Corezola entende que para falar da gestão social dos territórios rurais é preciso, antes, entender que os territórios são socialmente construídos, produto das relações sociais que se cristalizam como relações de distanciamento ou de aproximação e que se encontram em permanente mudança e reformulação. Como a proximidade geográfica não garante a interação dos atores sociais, busca-se construir a rede entre os parceiros por meio do que a apresentadora chamou de “proximidade institucional”. Ainda assim, a geografia favorece as articulações diretas imediatas e contribui para a construção de regras e referências comuns.

Esta dinâmica territorial supõe a existência de políticas públicas que estimulem a formulação descentralizada de estratégias e projetos capazes de valorizar o atributo territorial do processo de desenvolvimento. Tendo em vista esta compreensão, faz-se o acompanhamento e a avaliação da gestão social por meio do sistema de ges-



## Ciclo da Gestão Social



tão estratégica (SGE). O grande desafio é descobrir os laços de colaboração e cooperação entre os membros de uma sociedade e mobilizá-los em favor do desenvolvimento do território.

No tema "Gestão dos colegiados dos territórios rurais", apresentou alguns resultados sobre a participação dos atores na concepção, elaboração, discussão e revisão dos diagnósticos territoriais; na capacidade de decisão dos membros dos colegiados; nos temas e frequência com que são discutidos, terminando com as oportunidades que surgem durante essas sessões de trabalho e seus pontos críticos.

O segundo tema, tratado por Adhemar Lopes de Almeida, refere-se à avaliação de impacto do programa nacional de crédito fundiário. Entre 2003-2011, o programa financiou o montante de R\$ 2,4 bilhões, utilizados por 88,9 mil famílias para a aquisição de 1,6 milhão de hectares. Já entre 2006 e 2010, os novos proprietários de terras foram divididos nos subgrupos CPR/NE, CAF/NE e CAF/Sul e avaliados segundo vários indicadores de desempenho.<sup>2</sup>

Os resultados indicam que a linha CAF/Sul gerou resultados positivos para seus beneficiários. Esses resultados se manifestaram na renda e no valor do patrimônio agropecuário. Já a infraestrutura familiar, ligada ao acesso à água, ao esgotamento sanitário e à energia elétrica, não se alteraram no período. Os resultados indicam que a terra cumpre um papel importante de oferecer segurança a seus novos proprietários, o que lhe facilita obter mais renda e patrimônio. Na linha CPR/NE também se observou crescimento da renda bruta agropecuária dos beneficiários do PNCF em valores mais expressivos do que os dos agricultores não beneficiários, o mesmo sendo constatado para a renda *per capita* anual e para o total de itens patrimoniais. Deve-se observar que o processo de trabalho do PNCF e a relação de benefício-custo do programa não foram avaliados, o que, tecnicamente, invalida sua replicação tal como foi executado no período considerado.<sup>3</sup>

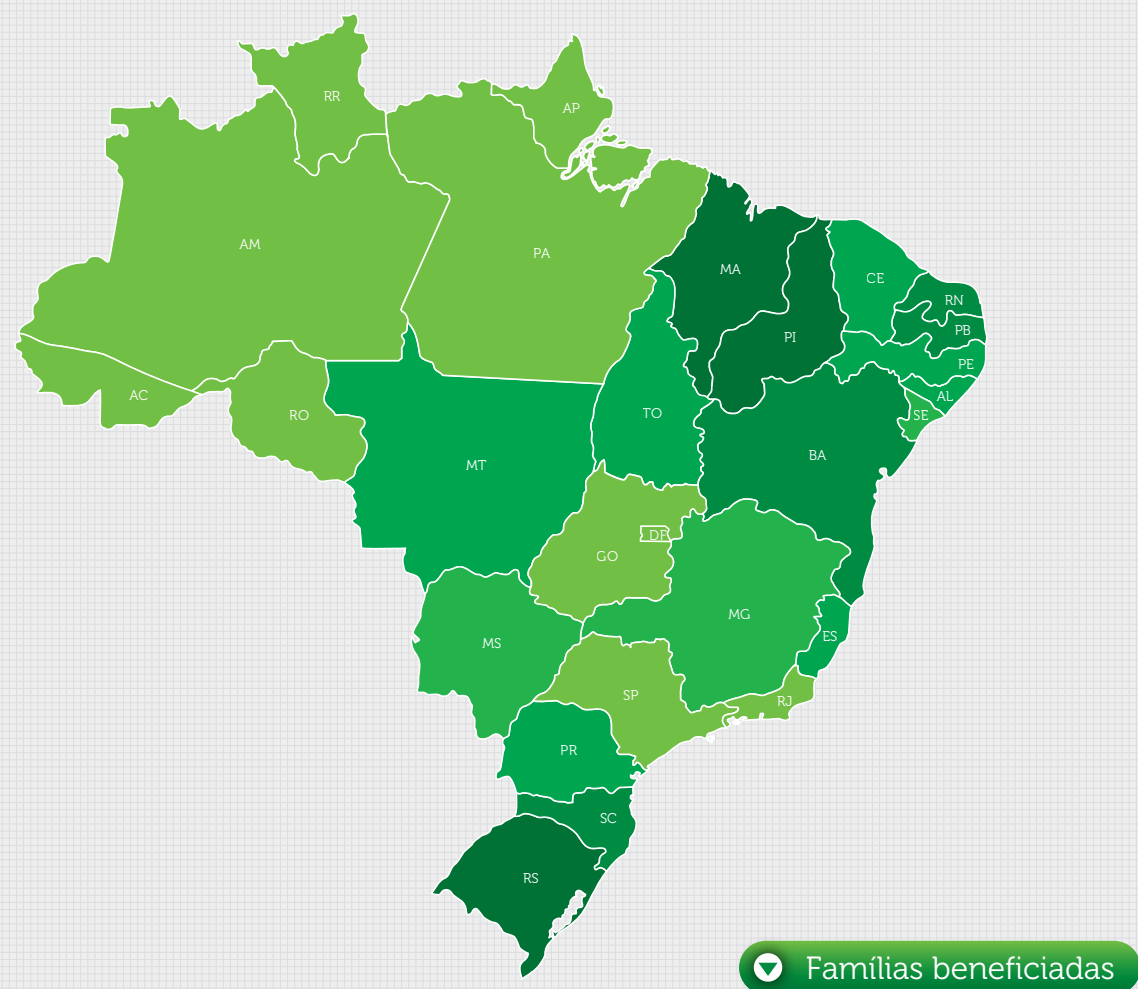
Na terceira parte do painel, Joaquim Calheiros Soriano proporcionou uma visão ampla do projeto "A Nova Cara da Pobreza Rural no Brasil", o qual foi motivo da 1ª Conferência. Em sua apresentação, foi possível descortinar um painel geral do desenvolvimento do projeto, de seus resultados e dos problemas ainda a enfrentar,

<sup>2</sup> CPR é Combate à Pobreza Rural; e CAF é Consolidação da Agricultura Familiar.

<sup>3</sup> O slide 14 da apresentação de Adhemar Lopes de Almeida parece ser uma reprodução da figura 4, p. 87, da tese de doutoramento de Diego de Faveri Pereira Lima (*Avaliação de impacto do PNCF na Região Sul do Brasil*. Piracicaba, 2011). Se, de fato, for, o valor R\$ 19.719 está trocado com R\$20.044.



## Execução 2003 - 2011



- 88,9 mil famílias atendidas
- 1,6 milhão de hectares adquiridos
- Investimento de mais de R\$ 2,4 bilhões

especialmente quando se parte para uma interpretação detalhada das informações estatísticas disponíveis.<sup>4</sup> O apresentador ressaltou a importância da cooperação do MDA com o IICA para a implementação de estratégias concretas e na viabilização de novos instrumentos da gestão pública para o desenvolvimento territorial, como é o caso dos “territórios da cidadania”, unidades espaciais distintas das tradicionais regiões. Disse que a fase atual do Projeto é a de consolidação dos resultados alcançados até então. Também informou aos presentes que em virtude dos avanços alcançados, o Brasil já passa a cooperar com outros países na abordagem territorial, a partir da “nova leitura” do rural brasileiro. Essa “leitura” indica que o rural ultrapassa as dimensões “agrícola” e “agropecuária”, absorvendo as dimensões sociais, culturais, políticas, institucionais, entre outras. Graças a isso, pode-se proporcionar reconhecimento social à agricultura familiar no Brasil, que, até então, era tratada marginalmente pelas políticas públicas. No novo contexto, pode-se aquilatar com mais acurácia e segurança seus ganhos, como a segurança alimentar e a prestação de serviços conservacionistas (em especial, em água e a biodiversidade).

### Debates

Vários presentes buscaram, na seção de debates, obter mais informações sobre o andamento do Programa *Territórios da Cidadania* e sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Houve perguntas sobre a expansão do Programa *Territórios da Cidadania* e sobre a adesão de estados e municípios a sua implementação. Também foi registrada uma pergunta sobre os mecanismos de representação dos atores sociais no complexo tema da participação institucional das organizações populares no Programa.

No caso do PNCF, o interesse foi por entender se ele era um programa concorrente ou associado ao processo de reforma agrária. Também se buscou saber se havia linhas de crédito complementares, voltadas para o suporte à atividade produtiva. Por fim, foi debatido o tema da eventual expansão do Programa.

<sup>4</sup> O exemplo a seguir mostra um resultado importante, cognominado de “pobreza escondida”, encontrado nos dados do IBGE: os aproximadamente 40 mil nordestinos que se deslocam sazonalmente a São Paulo para a colheita de laranja são capturados nas estatísticas oficiais como “assalariados com carteira assinada”, embora essa seja uma condição de trabalho verificada em uma curta etapa do ano. Segundo Soriano, esses trabalhadores em geral são jovens, trabalham em jornada extensa e, algumas vezes, se drogam ante as condições adversas.



## 2º Painel

**Coordenador:** Aureliano da Costa Matos, IICA.

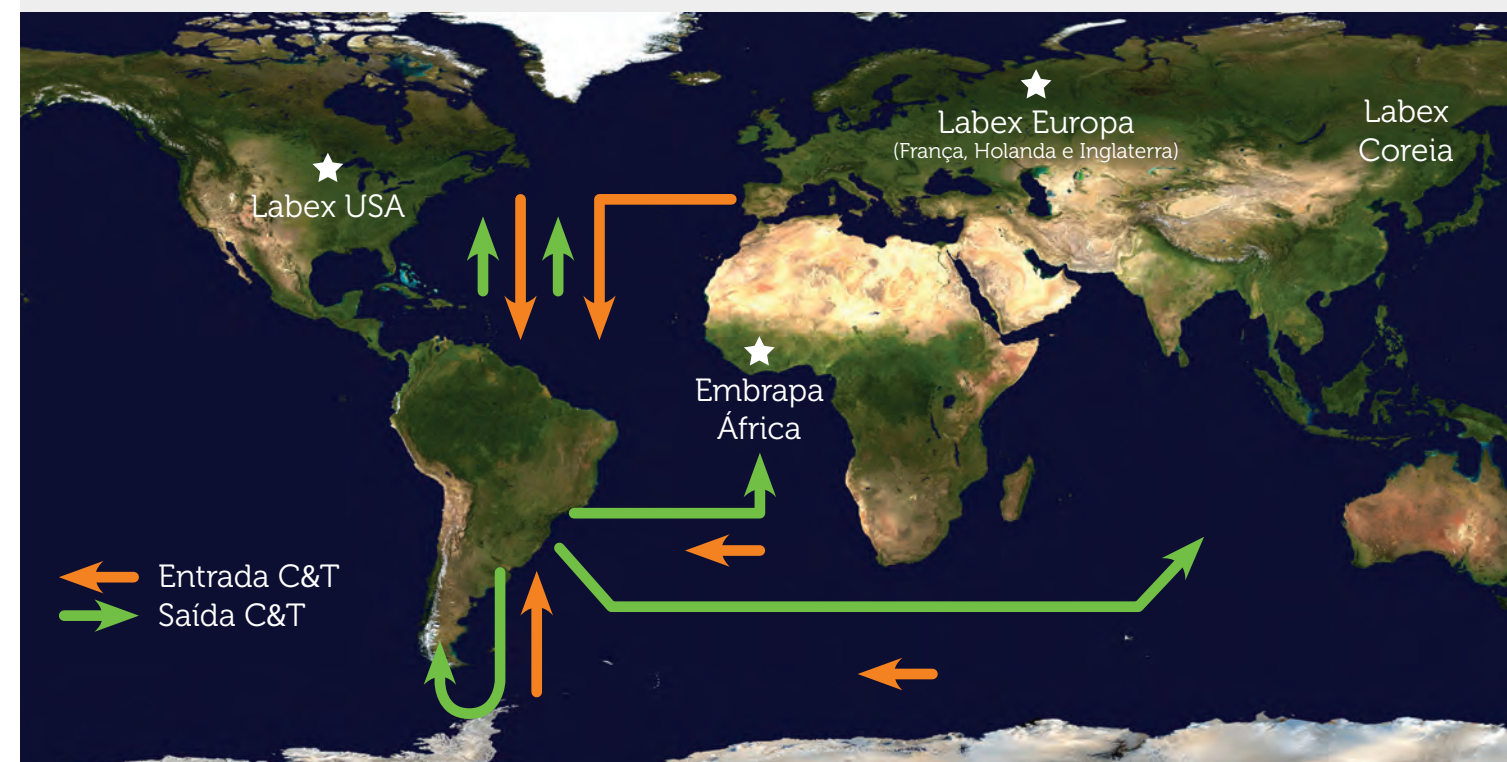
**Tema 1:** *Avaliação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional*, apresentado por Henrique Villa Ferreira, diretor da SDR/MI, e por Mauro Márcio Oliveira, consultor do IICA.

**Tema 2:** *Impacto da parceria da Embrapa com o IICA no âmbito do Projeto Agrofuturo*, apresentado por André Nepomuceno Dusi, da Embrapa

**Tema 3:** *Cooperação técnica na construção do Projeto Regional de Controle e Erradicação da Mosca da Carambola*, apresentado por Maria Júlia Signoretti, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O consultor Mauro Márcio Oliveira, responsável pela condução do trabalho de avaliação da PNDR, destacou, com brevidade, os aspectos centrais do trabalho desenvolvido, haja vista tratar-se de uma longa peça técnica. Falou da riqueza do momento em que estão aparecendo, com mais frequência, avaliações de políticas nacionais; diz-se tratar de uma avaliação em processo, que contou com apenas quatro anos de realizações, razão pela qual não se poderia buscar a identificação de impactos, por exemplo. Embora o trabalho seja individual, seu conteúdo está seriamente comprometido com as opiniões dos entrevistados, uma longa lista com quase 50 nomes de autoridades públicas e de representantes do terceiro setor. Mostrou a PNDR como uma retomada pioneira do regional na América Latina; porém num cenário transformado em relação ao que vigia quando se implantou a política regional em meados do século passado. A PNDR tem sido capaz de levar avante um processo de capacitação de profissionais no tema, bem como de mobilizar a academia para este novo momento. Na esfera internacional, estabeleceu parceria com a União Europeia, com quem vem dialogando a partir do exemplo europeu para a questão regional. Porém ressaltou que a base política de sustentação da PNDR é frágil e disse que, com base na Política Nacional de Saúde, a qual foi tomada como parâmetro comparativo, ela não dispõe de mecanismo de legitimação de sua concepção e ações no âmbito da sociedade civil. Seu grande desafio é o fortalecimento institucional e o exercício da coordenação e articulação com outros ministérios e governos estaduais e municipais.

André Nepomuceno Dusi, na apresentação do *Projeto Agrofuturo*, formulado em 2004, disse que este teve início de execução em 2006 e é a maior ação de cooperação da Embrapa, tendo por foco o apoio à inovação tecnológica e às novas formas de gestão da pesquisa agropecuária. O PCT que o suporta contou com um orçamento de aproximadamente 60 milhões de dólares americanos, e antes que termine, em outubro de 2011, já alcançou todas as metas propostas. Seus quatro componentes são:

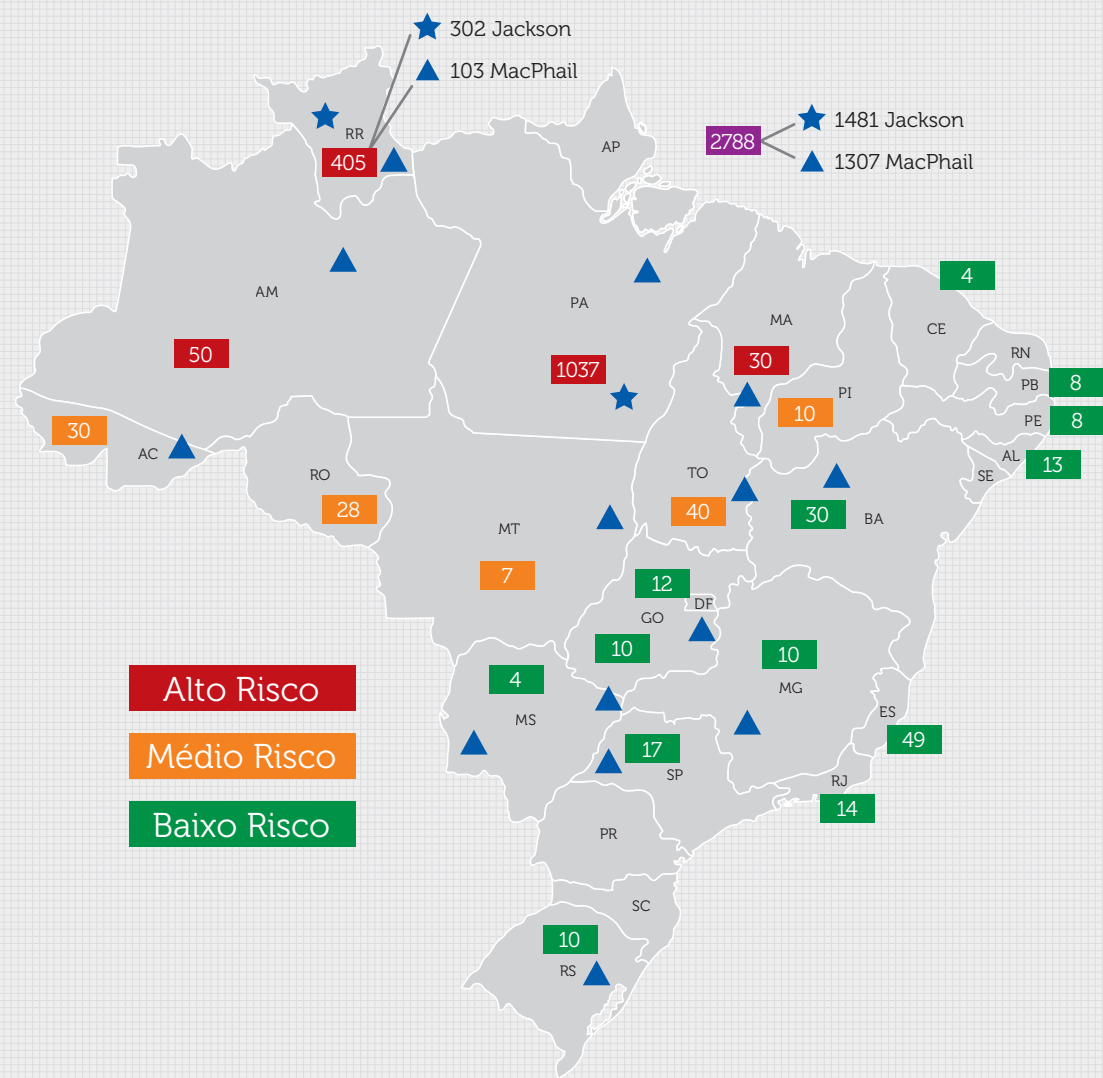


- Projetos Competitivos em P&D.
- Fortalecimento de Capacidades Estratégicas.
- Agricultura Familiar.
- Integração Regional e Internacional.



## Ações de Monitoramento

Risco de dispersão da *Bactrocera carambolae* no Brasil




Embora a Embrapa seja reconhecidamente um núcleo de competência em pesquisa agropecuária, a cooperação técnica com o IICA levou-a a atuar transversalmente nos componentes e a contar com o apoio de consultores externos de alta competência e com visão independente e agregação de *expertise*, o que foi fundamental para promover a inovação em áreas sensíveis da Empresa. Também devem ser creditados à parceria Embrapa-IICA o treinamento dos chefes dos 25 centros de pesquisa da Empresa, a implantação da prefeitura da Embrapa em Brasília e o desenvolvimento de metodologia de avaliação de impacto econômico e social de tecnologias.

Por sua vez, a agrônoma Maria Júlia Signoretti, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tratou do *Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola*, como um exemplo aplicado da cooperação técnica, com apoio do IICA.

Trata-se de um programa que visa eliminar a mosca da carambola, por tratar-se de um grande risco à produção nacional de frutas e, conseqüentemente, à exportação desse tipo de produto, considerando que o Brasil é um dos três maiores produtores de frutas do mundo, com uma produção da ordem de 41 milhões de toneladas de frutas frescas em 2009 e exportação próxima a 400 mil toneladas em 2010. Sem uma ação efetiva de controle da praga, os danos potenciais são estimados em perdas anuais potenciais de US\$ 30,8 milhões no 1º ano e de US\$ 100 milhões no 3º ano. Segundo o USDA, cada dólar investido na erradicação da praga geraria benefícios marginais entre 65 e 88 dólares, reforçando o conceito de que a melhor e mais barata forma de controle é a prevenção. O foco espacial do projeto está localizado na Região Norte do país, junto das fronteiras com Suriname, Guiana e Guiana Francesa, tendo a praga sido detectada no Brasil em 1996. O Programa monitora a mosca com 3.896 armadilhas dos tipos Jackson e McPhail. Como a Guiana Francesa é um território ultramarinho francês, as decisões passam por entendimentos com a França, razão pela qual a cooperação técnica internacional é tão importante.

### Debate

No debate intervieram o consultor José Otamar de Carvalho, Ruitier Luiz Andrade Pádua, da Seagro-Tocantins, Breno Aragão Tibúrcio, do IICA, Henrique Ferreira Villa, diretor no Ministério da Integração Nacional, e Antonio Benedito Ângelo, da Macal Consultoria Agrossocial.



O consultor José Otamar de Carvalho fez uma ampla abordagem da Política de Desenvolvimento Regional dos tempos da Sudene, para ao final perguntar sobre as bases que haviam sido utilizadas na presente avaliação da PNDR, uma vez que muitas informações não puderam ser apresentadas dado o pequeno tempo concedido para o tratamento da matéria pelo apresentador.

Por sua vez, Ruitter Luiz Andrade Pádua, da Seagro-Tocantins, destacou sua concordância com vários pontos tratados pelo apresentador da avaliação da PNDR com aquilo que ocorre na Região Norte do país, em especial na Sudam.

Breno Aragão Tibúrcio, do IICA, buscou novas informações sobre o *Projeto Agrofuturo*, ressaltando o quanto é importante a cooperação técnica voltada para temas de inovação, cujo impacto sobre a agricultura nacional é bastante representativo.

O diretor Henrique Ferreira Vila, do Ministério da Integração Nacional, buscou compreender alguns detalhes da dificuldade de combate e erradicação da mosca da carambola na fronteira norte do país para, em seguida, oferecer a colaboração do Ministério em ações no âmbito da União Europeia, uma vez que o referido combate passa por entendimentos diplomáticos e bilaterais com a França, já que um território de extremo interesse para esse combate é o da Guiana Francesa.

Por último, Antonio Benedito Ângelo, da Macal Consultoria Agrossocial, elogiou a avaliação da PNDR, pois só com esses exercícios é possível retificar, quando é o caso, o rumo de políticas públicas. Viu também nessa política uma oportunidade de trabalho conjunto com o *Programa dos Territórios Rurais*, objeto de apresentação no painel anterior.

### 3º Painel

**Coordenador:** Heithel Silva, do IICA.

**Tema 1:** *Lições do Programa Luz para Todos*, apresentado por Aurélio Pavão de Farias, da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia, e Marcelo Zonta, consultor do IICA para o tema.

**Tema 2:** *Metodologia de Avaliação Socioeconômica dos Centros Comunitários de Produção*, apresentado por Eduardo Borges e Fernando Brame, da Eletrobras.

A universalização do uso da energia elétrica, tratada pelo *Programa Luz para Todos*, é o foco da cooperação técnica do IICA com o Ministério de Minas e Energia. A construção dessa parceria levou em conta que o Programa se enquadra como parte da política geral de redução da pobreza e da fome, já que a energia é tomada como um elemento de inclusão social.

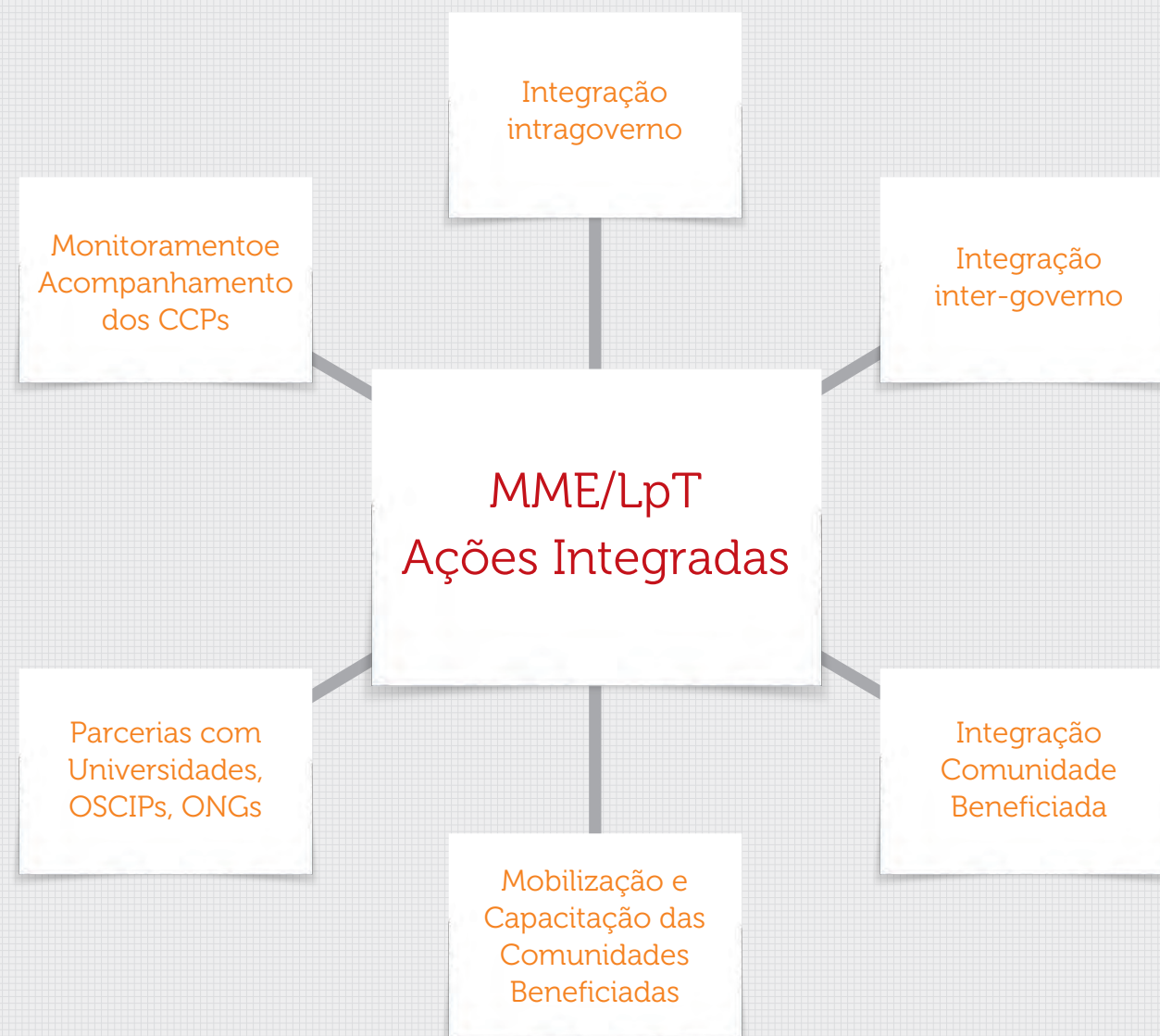
Até julho de 2011, 2,8 milhões de famílias, com 14 milhões de pessoas, tinham sido atendidas, ao custo de R\$ 19 bilhões. Outros números do Programa que impressionam: 7 milhões de postes; 1 milhão de transformadores e 1,35 milhão de quilômetros de cabos elétricos. Os resultados também são bastante animadores: 420 mil novos empregos criados; 134 mil famílias retornaram ao campo; 2,5 milhões de famílias tiveram melhoria na qualidade de vida; 2,4 milhões de famílias melhoraram as condições de moradia; e 998 mil famílias aumentaram a renda familiar. Desde o início do Programa, as famílias beneficiadas adquiriram 6,4 milhões de eletrodomésticos, como geladeira, televisão, aparelho de som e liquidificador. Além da melhoria do conforto nos lares, o Programa busca incentivar e apoiar o uso econômico da energia elétrica em atividades econômicas, nos Centros Comunitários de Produção (CCP). Um desafio novo que se apresenta ao Programa é o de levar a energia elétrica a comunidades isoladas, que não podem ser atendidas pelo processo habitual de postes e cabos, daí por que, nesse particular, a energia deve ser gerada localmente.

Como um dos desdobramentos do *Programa Luz para Todos*, foi apresentada a experiência da parceria entre a Eletrobras (braço operacional do Programa) e o IICA na avaliação dos Centros Comunitários de Produção, tema apresentado por Eduardo Borges e Fernando Brame, da Eletrobras.

Os CCP são unidades constituídas por um conjunto de máquinas e equipamentos para processamento, beneficiamento, conservação e armazenagem de produtos, utilizando a energia elétrica de maneira eficiente. Seus empreendimentos são concretizados por meio do apoio dos órgãos de extensão rural, das concessionárias de distribuição de energia elétrica, das prefeituras, entre outras entidades. Esse processo já conta com 29 CCP implantados e 77 novos pleitos recebidos pelo Programa. Como esse trabalho começou em 2010, ainda não há resultados conclusivos; no momento, atua-se precipuamente com o estabelecimento da metodologia de



## Ações Integradas



monitoramento e avaliação dos empreendimentos que fazem uso da energia elétrica para a criação de emprego e renda e melhoria das condições de vida dos beneficiários do *Luz para Todos*. Os CCP estão incluídos no “Programa de Responsabilidade Social” da Eletrobras.

### Debate

Breno Aragão Tibúrcio, do IICA, expressou seu entendimento de que a universalização do uso da energia elétrica poderia estar beneficiando mais os fornecedores dos eletrodomésticos do que a própria população, se esta for induzida a comprar, pelo sistema de crédito, esses itens de conforto doméstico, já que o crédito poderá endividar as famílias.

José Otamar de Carvalho, consultor, exprimiu sua opinião de que o uso da energia para fins produtivos ainda é relativamente pequeno, o que, de qualquer forma, não tira o valor das ações conduzidas para a universalização do uso da energia elétrica.

Mauro Márcio Oliveira, consultor, considerou que o trabalho de cooperação técnica do IICA no Sistema Elétrico deve ser visto como um avanço de ambas as partes, IICA e MME, já que no passado esse sistema era praticamente impermeável a ações de cunho social ou voltadas ao consumidor de baixa renda.

### Centros

#### Comunitários

#### de Produção



Santa Maria Madalena/RJ



São Fidelis/RJ



Ribeira/SP



Nova Ubiratã/MT



Lagoa Seca/PB



Santo Antônio Leverger/MT



## 2ª Conferência: Desafios da Cooperação Técnica Internacional no contexto da legislação específica atual

**Coordenador:** Manuel Rodolfo Otero, representante do IICA no Brasil.

**Conferencista:** Henrique Neves da Silva, advogado, assessor do IICA.

O tema tratado pelo conferencista tem ocupado largo espaço no debate da inserção das organizações internacionais de cooperação técnica no Brasil nos últimos anos, o que está relacionado com a importância dessas organizações para o país, como também com a edição de novas legislações que o regulam. As frentes de debate mais frequentes têm sido a do controle interno exercido pela CGU, a do controle externo, pelo TCU, e a da Justiça. Segundo o conferencista, um dos maiores desafios da harmonização das ações das organizações de cooperação técnica internacional é fazer compreender a especificidade de um organismo de cooperação técnica na esfera do Judiciário, especialmente a dos estados. Isso porque o Judiciário vem considerando essas organizações como se fossem empresas, quando, na verdade, são pessoas jurídicas externas. Nesse contexto, o Judiciário deve perceber e aceitar a horizontalidade das relações entre elas e os diferentes órgãos de governo com quem se relacionam. Em suma, a relação entre ambos não pode ser vertical. Há um Acórdão do TCU que, de alguma forma, pacifica a matéria ao considerar que um organismo internacional não se constitui para fornecer um produto, mas sim para compartilhar o “saber fazer”. A relação, além de horizontal, deve ser bilateral: ambas as partes envolvidas devem ganhar. Outro aspecto é que um Projeto de Cooperação Técnica, que implementa entendimentos entre órgãos de governo e o IICA, para áreas bastante específicas, não pode ser tomado como uma peça contratual única e isolada. Um PCT assenta-se sobre entendimentos diplomáticos, que deságuam em acordos gerais estabelecidos entre os organismos internacionais e os países. As bases que devem reger o caráter jurídico da cooperação são a horizontalidade e a bilateralidade sob o princípio *pacta sunt servanda*.

## 4º Painel

**Coordenador:** Gertjan Beekman, do IICA.

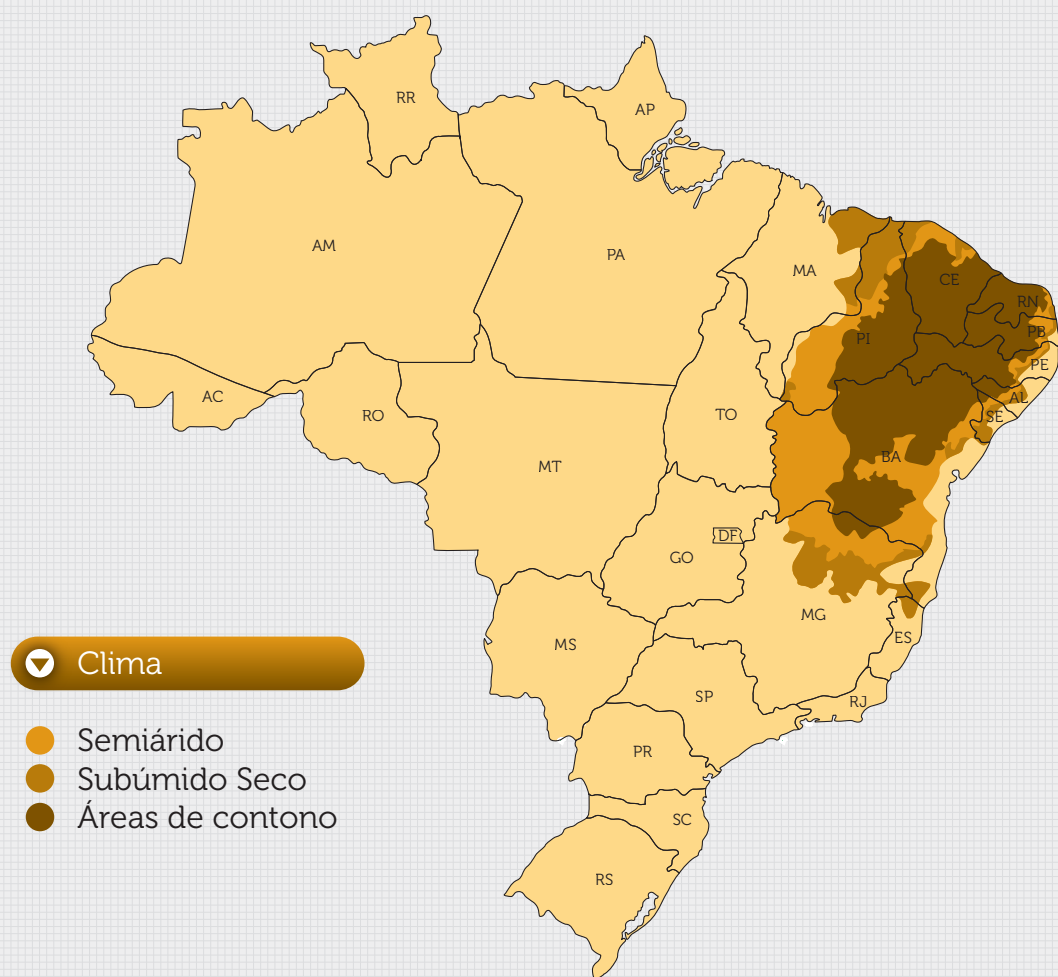
**Tema 1:** *Planos Estaduais de Combate à Desertificação*, apresentado por Francisco Carneiro Barreto Campello, da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, do MMA.

**Tema 2:** *Organização, descrição, análise e interpretação de dados sobre a agricultura irrigada no Brasil*, apresentado por Donivaldo Pedro Martins e Flávio Giovanetti de Albuquerque, da Secretaria Nacional de Irrigação, do Ministério da Integração Nacional.

O objetivo geral do Projeto PAN Desertificação é o de contribuir para a implementação de ações de combate à desertificação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação, mediante a consolidação do PAN-Brasil e dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação. No Brasil, são suscetíveis de desertificação áreas do semiárido, do subúmido seco e uma parte de seus entornos. Em números, a desertificação abarca 1,3 milhão de quilômetros quadrados, em 11 estados e 1.488 municípios, nos quais viviam, em 2000, quase 32 milhões de brasileiros, correspondentes a 18,6% da população nacional. O uso intenso da lenha como fonte de energia para fins domésticos e industriais, associado ao manejo inadequado das terras nesses locais, estão tornando-as estéreis para fins agrícolas. Tendo em vista que apenas um Plano Nacional era insuficiente para enfrentar essa situação, considerou-se apropriado o aprofundamento do combate por meio de Planos Estaduais, pois, por seu intermédio, o planejamento das intervenções passaria a levar em conta os interesses diretos das sociedades locais, o que facilitaria a mobilização dos atores sociais, com o que se espera abrir maiores possibilidades para apressar e ampliar a obtenção dos resultados esperados. Nesse contexto, o PCT MMA/IICA oferece suporte técnico aos estados e estabelece processos metodologicamente adequados às diversas situações. No estágio atual de descentralização, oito dos onze estados envolvidos já elaboraram seus projetos (PE, RN, CE, PI, MG, BA, SE e AL) e três estão em fase final de elaboração (MA, PB e ES).

No segundo tema, o professor Flávio Giovanetti de Albuquerque apresentou um resumo das estatísticas, dos indicadores, dos cenários e das projeções da agricultura irrigada no Brasil até 2030 e as recomendações para o desenvolvimento de um sistema nacional de informação de irrigação. A sistematização e as projeções de dados são bastante oportunas, já que a política nacional de irrigação passa a dispor de uma nova institucionalidade,





representada pela criação da Secretaria Nacional de Irrigação no âmbito do Ministério da Integração Nacional. Nos 10 anos que separam 1996 de 2006, o Brasil evoluiu no *ranking* internacional da irrigação de 23ª (com 2,66 milhões de hectares irrigados) para 9ª (com 4,45 milhões de hectares irrigados).

Nesse mesmo período, a Região Sul perdeu o primeiro lugar para o Sudeste em área irrigada, mantida a ordem para as demais regiões (NE, CO e NO). Embora positivas, as taxas de crescimento da área irrigada são decrescentes (desde 6,45% a.a. no período 1970-1975 a 3,28% a.a. no período 1995-2006). O potencial brasileiro é 29,6 milhões de hectares irrigáveis, assim distribuídos por região: Norte (49%); Centro-Oeste (17%); Sul (15%), Sudeste (14%) e Nordeste (4%). No âmbito dos estabelecimentos agropecuários, a área irrigada corresponde a apenas 1,3% da sua área total (dados de 2006). Considerando-se apenas os estabelecimentos com lavouras permanentes e temporárias, o percentual chega a 8%.

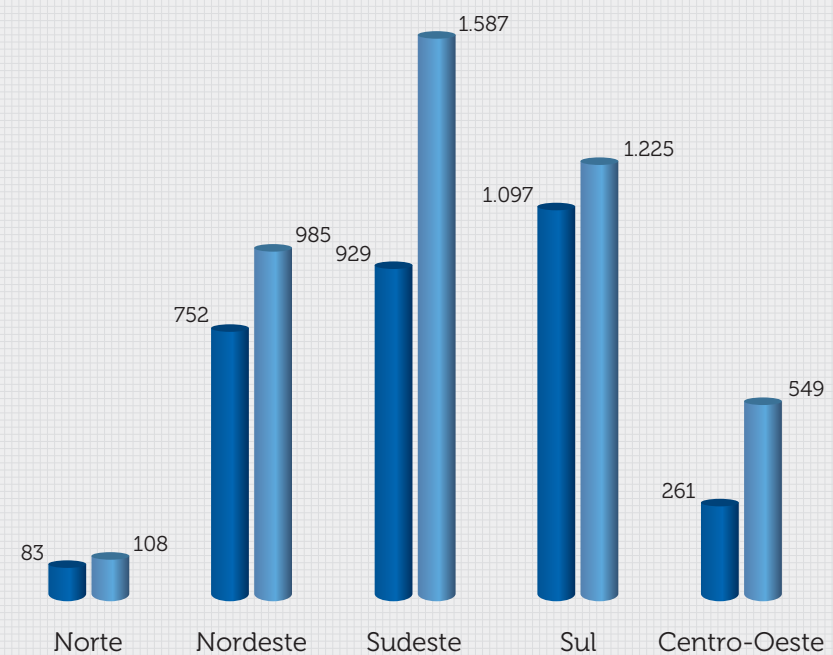
O palestrante indicou os três cenários utilizados no estudo da agricultura irrigada no Brasil:

- *Cenário otimista*: mantém crescimento da área irrigada de 3,28% a.a. e chega a 9.763 mil hectares em 2030.
- *Cenário de manutenção*: mantém a queda da taxa de crescimento da área irrigada, alcançando 7.823 mil hectares em 2030.
- *Cenário pessimista*: 2,5% a.a. para 2006-2015 e 1,5% para 2016-2030, atingindo 6.922 mil hectares em 2030.

A boa notícia é que o tema “agricultura irrigada” foi consagrado no PPA 2012-2015, mostrando o acerto da decisão de criar a Secretaria Nacional de Irrigação. Tão importante quanto os dados e projeções é a montagem e operação de um Sistema de Informações de Irrigação (SII), que apoie a Política Nacional de Irrigação.

### Debate

O consultor José Otamar de Carvalho buscou saber do professor Flávio Giovanetti se a pesquisa realizada confirmava a informação convencionalmente divulgada de que a agricultura consome 2/3 ou até 70% da água utilizada pelo homem. O professor Giovanetti disse que sim, mas esclareceu que nesse cômputo está incluída não somente a água utilizada na irrigação, mas também a destinada a outros usos, como, por exemplo, o consumo animal.



● 1996  
● 2006

Breno Aragão Tibúrcio, do IICA, buscou saber de Francisco Carneiro se a estadualização dos planos de combate à desertificação já tinham produzido resultados apreciáveis e se era considerada uma estratégia correta. Quis também saber quais seriam os próximos passos dessa ação institucional. O palestrante informou que ainda não era adequado fazer uma avaliação, já que tudo ainda era bastante recente, mas que, pessoalmente, acreditava no acerto da decisão. José Otamar de Carvalho, nesse particular, expressou sua opinião de que, no campo internacional, a iniciativa do combate à desertificação deveria caber à África, continente em que esse tipo de problema é mais agudo e tem muito maior importância econômica e social.

Outros presentes buscaram saber detalhes que não haviam sido abordados nas duas palestras.

## 5º Painel

**Coordenadora:** Cristina Costa, do IICA.

**Tema 1:** *Análise de segurança de barragens: experiências IDAMS*, apresentado por Neli Cerqueira, Carlos Henrique Medeiros e Ricardo Aguiar Magalhães, da Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos do Estado da Bahia.

**Tema 2:** *A experiência do São José Agrário em parceria com o Movimento dos Sem-Terra*, apresentado por Ana Cristina Nascimento de Barros, da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, e Antonio Jeová Moura Sampaio, do MST.

Relativamente ao primeiro tema, Neli Cerqueira apresentou um perfil da atuação da Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia (CERB). Em seguida, Carlos Henrique Medei-

**IDAMS** é um *software* WEB específico para o Gerenciamento de Informações de Barragens e Estruturas Associadas através de processo inovador, rápido e seguro.



I = INSPEÇÃO  
D = DETECÇÃO  
A = ANÁLISE  
M = MONITORAMENTO  
S = SEGURANÇA

Disponibiliza Dados de Instrumentação, Inspeções e Análises de Risco até 20 vezes mais rápido que as formas atuais de elaboração e emissão de relatórios.



ros tratou do tema central do painel, abordando a aplicação do *software* IDAMS à Barragem de Pindobaçu, na Bahia, em termos de projeto piloto, tendo, para tanto, contado com a cooperação técnica do IICA. Esta barragem é uma das oito barragens estaduais sob a supervisão da CERB. O *software* foi explicado detalhadamente por Ricardo Aguiar Magalhães e colocado à disposição dos presentes na Sala Interativa de Projetos para manuseio individual. A implantação do referido *software* faz-se em atendimento à Lei Federal n. 12.334, de 2010, que define a Política Nacional de Segurança de Barragens no Brasil. As cinco etapas do *software* são as seguintes: inspeção, detecção, análise, monitoramento e segurança. O foco do trabalho de segurança concentra-se em cinco pontos: estruturas e instalações do barramento, reservatório e instalações associadas, área de preservação permanente, área de influência da barragem e bacia hidrográfica onde se situa a barragem.



O segundo tema constou do relato da parceria do governo do Estado do Ceará com o Movimento dos Agricultores Sem-Terra no Projeto São José Agrário (a este se associam o São José Infraestrutura, o São José Produtivo e o São José Inclusão Social). Atualmente, este Projeto dispõe de 180 iniciativas que atendem a mais de oito mil agricultores, com dispêndio de R\$ 15 milhões, em 43 municípios do estado. Entre as principais atividades produtivas apoiadas estão o beneficiamento do caju, a produção artesanal de artigos de carnaúba, a apicultura, a reforma e construção de açudes, as casas de farinha, a piscicultura e pesca artesanal, a produção de pães, a

mecanização agrícola, a fruticultura, as instalações de pecuária e avicultura. O fator diferenciador desse projeto é a parceria do governo estadual com o MST, que faz a mobilização dos agricultores, acompanha a licitação dos projetos financiados pelo Poder Público, implanta os instrumentos de prestação de contas, organiza oficinas e faz o acompanhamento das atividades. Em função do sucesso do trabalho, o governo do estado almeja implantar o São José III.

### Debate

Na sessão de debates, Breno Aragão Tibúrcio, do IICA, elogiou a inovação da gestão da segurança de barragens por meio de um *software*, pela CERB, dizendo esperar que esse procedimento se generalize para o conjunto de barragens do país.

José Otamar de Carvalho, consultor, chamou a atenção para o tamanho reduzido da equipe da CERB, sugerindo que a instituição a ampliasse, mesmo porque há outras barragens que devem ser monitoradas no estado. No que se refere ao segundo tema, o mesmo Consultor pediu que os palestrantes explicassem melhor a presença do componente “reforma agrária” no Projeto Produtivo São José.

Mauro Márcio Oliveira, consultor, buscou saber a opinião de um dos apresentadores, Antonio Jeová Moura Sampaio, sobre a abordagem da reforma agrária que prevê a consolidação de minifúndios para proporcionar uma escala razoável aos empreendimentos dos agricultores familiares, deixando um pouco de lado a política monocórdica da desapropriação de latifúndios.



### 3ª Conferência: Experiências da Rede Interamericana de Cooperação Técnica do IICA (El Modelo de Gestión de la Cooperación Técnica del IICA)

**Coordenador:** Manuel Rodolfo Otero, representante do IICA no Brasil.

**Conferencista:** Víctor del Ángel, diretor de Gestão e Integração Regional da Sede do IICA, Costa Rica.

O conferencista explicou o atual modelo de gestão da cooperação técnica utilizado pelo IICA, pelo qual o Instituto tanto proporciona capacidades institucionais de gestão, organização, administração e infraestrutura de informática, quanto realiza transferência de conhecimentos de forma direta – como é o caso dos resultados de pesquisas – ou na forma de desenvolvimento conceitual e estratégico, políticas, normas, padrões, lições e experiências bem-sucedidas, medição de fenômenos naturais, dados de conjuntura, entre outros. O modelo ora implantado tem como referência mais ampla a segurança alimentar e a mudança climática, que afetam todo o mundo. Todo o trabalho do IICA deve levar em conta que as mudanças são contínuas; os mercados estão cada vez mais integrados, portanto, mais homogêneos e padronizados. Ademais, a demanda impõe suas condições à produção, e a sobrevivência do produtor depende de sua capacidade de resposta às novas condições. As modalidades de trabalho do IICA incluem:

- Desenho, análise e avaliação de políticas e estratégias públicas.
- Fortalecimento e modernização das instituições.
- Criação e desenvolvimento de capacidades.
- Gestão de conhecimento para a agricultura e bem-estar rural.
- Acompanhamento dos países em temas pontuais e projetos de investimento.

Os instrumentos da cooperação técnica utilizados são os seguintes: análise prospectiva, estudos e análises de situação e avaliações de impacto; capacitação nos temas de competência do IICA; novos marcos conceituais,

metodologias, modelos e instrumentos; intermediação técnica e mobilização para cooperação; tecnologias da informação e comunicação; serviços técnicos especializados; cooperação técnica direta; desenvolvimento e administração de projetos. O IICA conta com 34 escritórios nos países-membros, sendo dois ofertantes de cooperação técnica; três atuando simultaneamente como ofertantes e demandantes; e os demais, basicamente, como demandantes, ainda que eventualmente possam ser ofertantes. Alguns dos escritórios atuam como nós, em rede com outros escritórios nacionais do IICA, principalmente com os escritórios da Argentina, México e Brasil.

#### Debate

Os representantes dos bancos internacionais BID e BIRD – respectivamente, John Horton e Mark Lundell – reforçaram os pontos de vista do conferencista do IICA sobre as grandes vertentes da ação internacional em que se baseiam tanto a cooperação técnica quanto as linhas de financiamento dos referidos bancos.

Por seu turno, Mauro Márcio Oliveira, consultor, disse acreditar que, como o mundo atual vem mostrando que o padrão de liderança de um ou de poucos países ricos está em crise, não se poderia basear um trabalho institucional apenas nas grandes tendências. Nesse caso, dever-se-ia explorar as contratendências ou trabalhar, simultaneamente, com visões alternativas, já que o fracionamento da liderança geopolítica suporia a ascensão de novas formas de abordar os problemas nacionais e mundiais.

#### 6º Painel

**Coordenador:** Manuel Rodolfo Otero, representante do IICA no Brasil.

**Tema 1:** *GCI-9: O novo mandato estratégico do BID e suas implicações para o desenvolvimento rural, os recursos naturais e a agricultura no Brasil*, apresentado por John Horton, do BID.

**Tema 2:** *Perspectivas de fomento para o desenvolvimento agrícola*, apresentado por Ivan Cossio, do FIDA.



**Tema 3:** *Oportunidades de financiamento na luta contra a pobreza rural*, apresentado por Mark Lundell, do BIRD.

**Tema 4:** *Financiamento de projetos de desenvolvimento no apoio à Agricultura*, apresentado por William George Lopes Saab, do BNDES.

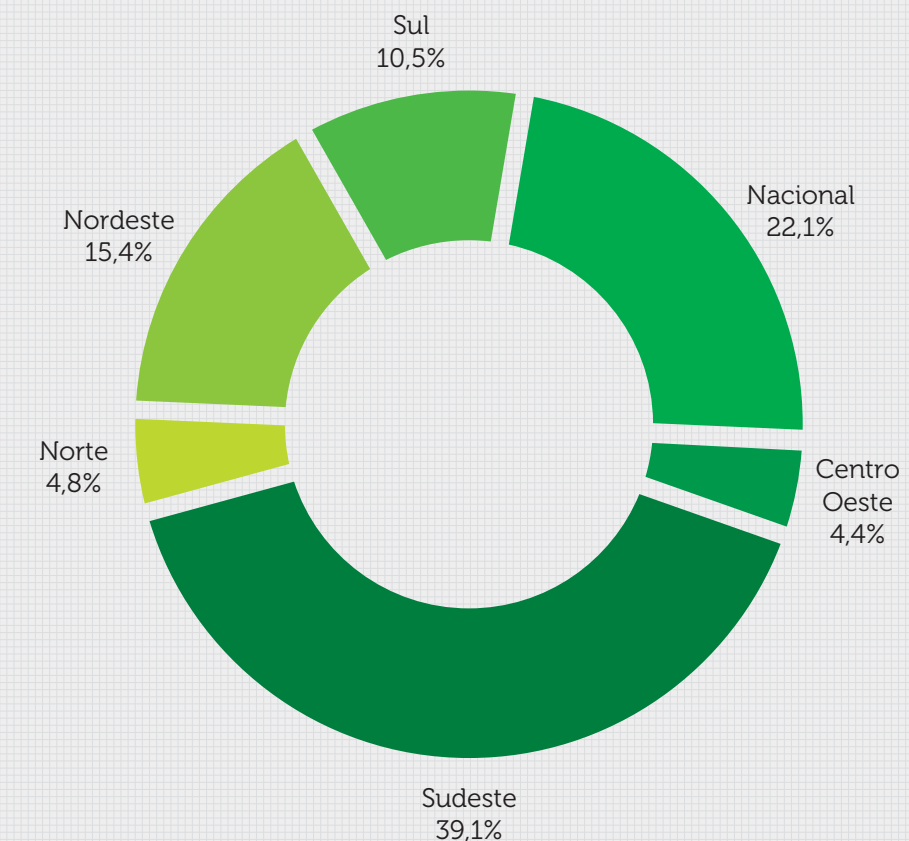
John Horton, do BID, detalhou a GCI-9 (*9<sup>th</sup> General Capital Increase* ou a *9<sup>a</sup> Reposição de Capital*) como o novo mandato estratégico do Banco. Foi aprovada em março de 2011, no Canadá, com dotação de US\$ 70 bilhões de dólares norte-americanos adicionais para um período indeterminado, a ser empregado nos países vulneráveis (por meio de *grants*) e não vulneráveis (por meio de empréstimos reembolsáveis) da América Latina e Caribe. As cinco grandes áreas estratégicas desse mandato são: políticas sociais para maior equidade e produtividade; infraestrutura para maior competitividade e bem-estar socioeconômico; fortalecimento institucional para crescimento com inclusão social; integração regional e global competitiva; e proteção ambiental, respostas à mudança climática, energia renovável e segurança alimentar. Destacou as condições ímpares no Brasil na estratégia do Banco, tendo assinalado que: é um país com grande diversidade e tem dois *hotspots* ambientais; tem a maior floresta tropical do mundo e 70% com cobertura original; tem crescimento rápido e é país-chave na segurança alimentar do mundo.

No caso do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Ivan Cossio explicou que o combate à pobreza no campo é feito de forma mais ampla, além do agrícola, sob o lema de que o desenvolvimento não é uma tarefa somente dos governos, mas da sociedade, de todos. O Fundo sustenta que os pequenos agricultores podem ser bem-sucedidos (eficientes e participar dos mercados). Entre os exemplos de êxito citados pelo apresentador estão os apicultores do Piauí e os caprinocultores da Paraíba. Usou uma abordagem otimista do trabalho do FIDA, mantendo o foco do trabalho na Região Nordeste, tendo como parceiros prioritários os governos estaduais. O FIDA entende ser uma fonte de recursos para projetos e processos inovadores orientados à luta estrutural contra a pobreza; uma ponte entre atores e um canal que ajude à transmissão de experiências, conhecimentos e inovações; e um parceiro confiável, que busca contribuir para o sucesso dos protagonistas dos processos de desenvolvimento rural.

Mark Lundell informou que o Banco Mundial chega a disponibilizar 15% de seus empréstimos rurais ao Brasil. A estratégia do Banco nas suas parcerias com o Brasil, no quadriênio 2008-2011, tem como foco a seletividade,

## A carteira do Bird em atividade no Brasil

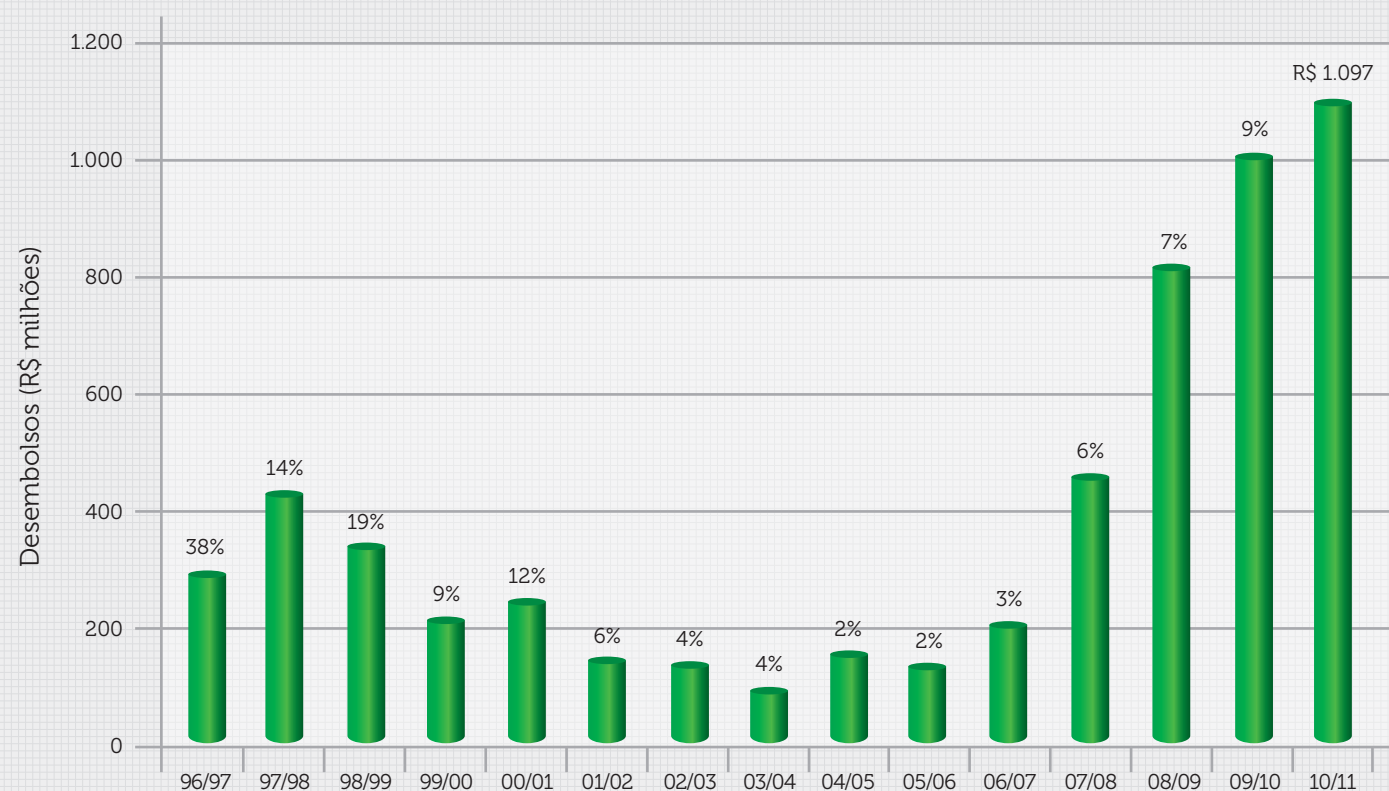
Financiamentos e atividade por região



- 64 projetos do Bird em atividade
- Financiamentos e créditos de US\$ 11,1 bilhões
- 19 empréstimos em 2010 = US\$ 3,7 bilhões
- Médio de US\$ 200 milhões cada

## Desembolsos do BNDES para o Pronaf

(Acima de cada barra é apresentada a participação do BNDES no total do Pronaf, com exceção do ano-safra 10/11, onde o valor apresentado é o valor absoluto desembolsado pelo BNDES.)



R\$ 5,6 bilhões financiados desde 1996

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Operações – OPE/BNDES e SAF/MDA. Elaboração: Seagri/BNDES.

por conta da restrição de recursos. Essa parceria leva em conta que o Brasil é um BRIC e, como tal, o Banco adota em suas ações: a seleção de desafios estruturantes e de longo prazo; a seletividade e o impacto; a globalização inclusiva e o protagonismo do Brasil; e foca mais o “como” e menos o “o que”. As principais características das operações do Banco Mundial no Brasil são: maior foco nos estados e em investimentos; reengajamento em biomas sensíveis; parceria ativa com o setor privado por meio da International Finance Corporation (IFC); e flexibilidade dentro de parâmetros estratégicos. O interesse do Banco é que o Brasil seja um país mais justo (capital humano e desenvolvimento social); mais sustentável (capital natural e serviços locais) e mais competitivo (investimento e produtividade). Nesse contexto, confere prioridade aos estados e às operações de investimento.

Em sua exposição, William George Lopes Saab, da Secretaria de Gestão da Carteira Agropecuária do BNDES, informou que a referida Secretaria foi criada no início em 2009, por recomendação do planejamento estratégico do Banco. Está organizada em três áreas: normatização do crédito rural operado pelo Banco; geração de conhecimento na área específica; e gestão ativa da carteira de crédito rural. O BNDES opera no crédito rural, tendo presentes algumas prioridades da agricultura brasileira: infraestrutura em que o principal gargalo é o transporte; sustentabilidade ambiental (nesse ponto destaca o Projeto ABC, para reduzir as emissões de gases de efeito estufa oriundas das atividades agropecuárias e do desmatamento) e estratégia social, especialmente o combate à pobreza no meio rural (com recursos do BNDES Fundo Social, não reembolsáveis, destinados a atores coletivos) e o apoio à agricultura familiar (Pronaf, entre outros). Outras linhas de financiamento utilizadas pelo BNDES são: Procap-Agro, Prodecoop, Moderinfra, Moderagro e Moderfrota.

## 7º Painel: Reflexões e Considerações Finais sobre a IV Reunião de Intercâmbio

**Coordenador:** Manuel Rodolfo Otero, representante do IICA no Brasil.

**Apresentador:** Mauro Márcio Oliveira.

Mais de 150 pessoas se inscreveram e participaram da *IV Reunião de Intercâmbio*, promovida pelo IICA. Elas representaram 46 instituições federais, estaduais, internacionais e do terceiro setor. Informaram aos presentes suas ações institucionais, discutiram os temas colocados em debate e compartilharam experiências sobre tó-



pícos sensíveis do desenvolvimento nacional. Intervieram 25 painelistas e conferencistas ao longo de dois dias, em três conferências e sete painéis.

O número de participantes da IV Reunião representa um acréscimo de 37% em relação ao da III Reunião, de 2010, e de 34% em relação ao da II Reunião, de 2009.

Afora o trabalho de plenário, durante a reunião os participantes puderam fazer uso da “Sala Interativa de Projetos” – na qual a coordenação do evento disponibilizou publicações técnicas, *banners* e vídeos em que se explanava, na TV e em DVD, experiências exitosas no âmbito dos projetos de cooperação técnica –, bem como puderam usufruir das facilidades do “Espaço de Articulação”, naquele momento colocado para facilitar novos contatos e aproximações que, certamente, podem ter conduzido à identificação de pontos de vista comuns rumo à formação de novas parcerias. A título de exemplo, o tema da segurança de barragens, que foi objeto de um painel durante a reunião, foi retomado nesse Espaço de Articulação, com algumas demonstrações de uso do *software* IDAMS, pela equipe da CERB, para potenciais interessados de outros estados e outras instituições.

A ocasião foi muito propícia para que todos conhecessem diversas experiências práticas voltadas ao desenvolvimento da agricultura, da cidadania, do comércio internacional, da gestão governamental, entre outras. Em todas elas, tanto os apresentadores quanto os comentaristas e os participantes, de forma geral, destacaram o papel da sustentabilidade das atividades como elemento transversal praticamente obrigatório dos projetos e das propostas levados ao conhecimento do público. A propósito, o representante do IICA no Brasil informou aos participantes que o Instituto, na próxima semana, já iria tratar desse tema na esfera de sua competência. Para tanto, anunciou a realização, de imediato, de um curso de contabilidade do carbono para o corpo de funcionários da Representação, assumindo o compromisso de compensar a emissão de carbono decorrente da realização da V Reunião, em 2012, com o plantio de árvores em áreas a serem escolhidas no Distrito Federal.

A presença de diversos representantes de escritórios nacionais do IICA na América Latina proporcionou a oportunidade de conhecer diferentes formas de apoio prestadas pela cooperação técnica internacional praticada pelo Instituto. A propósito, o ministro Marcos Farani, da ABC/MRE, ressaltou a imprescindível colaboração dos organismos internacionais de cooperação técnica, entre os quais o IICA, para que o Brasil possa realizar plenamente sua vocação de prestador de cooperação, especialmente a países da América Latina e da África. No


plano interno, não passaram despercebidas as sensíveis relações entre a cooperação técnica internacional e a administração pública e a Justiça brasileira. Os pontos levantados pelo advogado Henrique Neves da Silva são alvissareiros em termos de uma melhor compreensão da natureza da cooperação técnica, que sempre buscou ressaltar duas de suas características: horizontalidade e bilateralidade. Espera-se que em função dessa crescente compreensão, em especial, no âmbito do Judiciário, as relações formais sejam pacificadas.

Não há como não se referir a um aspecto importante para a cooperação técnica que, algumas vezes, permanece subentendido, a saber, a humanização dos projetos e as relações pessoais. Isso ocorre porque, muitas vezes, o tema é conduzido de maneira formal e técnica, deixando as pessoas e as relações pessoais em segundo plano. Alguns painéis proporcionaram a oportunidade para que os próprios protagonistas dos projetos de cooperação técnica pudessem se expressar e mostrar o caminho, às vezes longo e tortuoso, que os PCTs seguem até encontrar os verdadeiros beneficiários da ação. Assim, a apresentação do representante do MST, ao tratar dos resultados do Projeto Produtivo São José no Ceará, mostrou as reais percepções e sensações experimentadas pelos agricultores e suas famílias ante o trabalho da cooperação técnica. Esse enfoque, seguramente, leva à humanização dos PCTs, o que não é um ganho desprezível. Não menos importantes são as relações pessoais entre dirigentes, técnicos e consultores que se movimentam no mundo da cooperação técnica. Aqueles que contam com a experiência de anos seguidos de trabalho sabem que, muitas vezes, os grandes objetivos e as mais acertadas estratégias de intervenção dependem do entendimento pessoal, da confiança que cada profissional deposita em outro para que um aspecto inovador do trabalho – pouco conhecido e, às vezes, não testado – possa ter uma oportunidade para produzir resultados. Assim, humanização dos projetos e importância das relações pessoais são aspectos a serem considerados pelos dirigentes e responsáveis pela cooperação técnica.

A *IV Reunião de Intercâmbio* proporcionou momentos de reflexão ao unir extremos. Um deles confrontando o pequeno e o grande; o outro, opondo o seco ao molhado.

No primeiro caso, presente no Painel 2, o expressivo montante das exportações brasileiras de frutas frescas (em torno de 500 milhões de dólares anuais<sup>5</sup>) contrapôs-se à pequena mosca da carambola (8 mm), mostrando que

5 CUNHA FILHO, Miguel Henrique da; CARVALHO, Rosemeiry Melo. (s.d.). Exportações brasileiras de frutas: diversificação ou concentração de produtos e destinos? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais eletrônicos...** Brasília: Sober, 2005. Disponível em: <[www.sober.org.br/palestra/2/747.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/2/747.pdf)>.



o risco que ameaça os grandes números pode vir de inimigos aparentemente desprezíveis. Nesse caso, o trabalho de erradicação dessa praga, apoiada pela cooperação técnica em âmbito internacional, é de fundamental importância, pois ameaça não apenas a exportação, mas também a produção nacional, os empregos, a renda e uma complexa cadeia que viabiliza tal exportação.

No segundo caso, proporcionado pelo Painel 4, o extremo mostrou-se pela via da água: de um lado, a desertificação; de outro, a irrigação. Nesse confronto, dois brasis; o que luta para impedir a degradação do solo devido à desertificação; e o que intenta explorar o enorme potencial da irrigação. Não se trata, de verdade, de dois brasis; mas de um só, que luta com dois problemas extremos. Essas expressões da relação do homem com a natureza sugerem que nossa sociedade deve ter em conta a importância da sustentabilidade, que vem a ser uma boa convivência com o meio ambiente. Sempre que as sociedades valorizarem esse diálogo e sempre que existirem mecanismos como o da cooperação técnica haverá esperanças para superar barreiras e obstáculos.

Embora não tivessem sido tema da IV Reunião, outros contrastes poderiam ser lembrados, como os vírus da aftosa ou da gripe suína e a perda de mercado da carne nacional no campo internacional. Para os que vivem no Cerrado, o contraste que se encaixa nesse contexto é entre um palito de fósforo que dá origem a um incêndio e as consequências muitas vezes devastadoras desses incêndios sobre a fauna, a flora e as benfeitorias construídas pelo homem em suas propriedades rurais, quando não cobra vidas humanas.

A exposição da Embrapa trouxe uma imagem positiva da presença do Brasil no campo da agricultura internacional, proporcionada, entre outros, por projetos como o *Agrofuturo*, em parceria com o IICA. Um dos destaques da ação da Embrapa no exterior é a projeção de nossa imagem positiva em relação à agricultura tropical. Sem dúvida, os êxitos do Brasil nesse particular são inegáveis e convidam a que o país aprofunde suas conquistas, especialmente nos dois de nossos mais tropicais ecossistemas – a Caatinga (nosso trópico seco e xerófilo) e a Amazônia (nosso trópico úmido e exuberante) –, nos quais os êxitos, apesar de positivos, ainda são limitados e de baixo impacto na economia como um todo.

Preocupa a todos os recentes desafios externos colocados pelas sucessivas crises dos países ricos. Além da crise financeira, que num primeiro momento representou a insolvência do sistema bancário privado, a crise avança agora para o domínio das contas públicas. Caso persistam, seus efeitos poderão ser deletérios para o

verdadeiro enfrentamento do desafio do aquecimento global e da segurança alimentar, dada a insuficiência de recursos dos estados nacionais. Tudo indica que novos atores serão inseridos no quadro da geopolítica, entre eles os países do grupo BRICS, que passarão a assumir novas responsabilidades. Nesse particular, as lideranças nacionais demandam estudos e conjecturas sobre os diversos cenários aplicáveis à produção de alimentos e proteção ao meio ambiente. Para tanto, as instituições de cooperação internacional deverão fazer propostas, colaborando para que países com capacidade de assumir posições e riscos possam liderar uma nova jornada para a humanidade.

Tudo indica que o “novo” esteja vinculado a um papel mais ativo de lideranças descentralizadas; a paradigmas regionais ou localizados; e à reinterpretação dos valores que vêm conduzindo a alocação de recursos. A propósito, a assunção do papel de “celeiro do mundo” por qualquer país deverá passar antes pela análise da pressão ambiental adicional sobre seus recursos naturais para atender a essa função, já que sem sustentabilidade não se podem assumir riscos desnecessários. De forma específica, é difícil acreditar que possamos ver uma nova “revolução verde”, no sentido de ser ela centralizada, concentrada em alguns dos mais importantes alimentos e sustentada por produtos dominados por empresas multinacionais do agronegócio. As novas “revoluções verdes” deverão ser específicas, regionalizadas e assentadas sobre um leque ampliado de produtos, de forma que os avanços tecnológicos incorporados a plantas e animais não agridam o meio ambiente. Nesse contexto, as boas práticas são uma condição inegociável. E o Brasil precisa preparar-se para aumentar a cooperação, ampliar sua participação internacional na agricultura, mas concorde com as boas práticas. Não se pode deixar de mencionar a importância desse tema, uma vez que o conhecimento se associa, quase sempre, ao poder e à dominação. No âmbito nacional, a Embrapa tem a palavra. No âmbito hemisférico, o IICA terá boas contribuições para aportar ao tema.

Em linha com este argumento, acredita-se que o IICA deve fazer um forte movimento de descentralização, como, aliás, de alguma forma, já está delineado, fortalecendo suas bases naqueles países do continente que disponham de capacidade para fornecer assistência e cooperação a seus vizinhos. Segundo se depreendeu da *IV Reunião de Intercâmbio*, os países que melhor se apresentam para essa função são Argentina, Brasil e México, sem descartar qualquer outro em áreas específicas de suas especializações.



Foi muito instrutivo ver a formação de uma cultura institucional tendente a entender que a pobreza tem múltiplas caras e deve ser atacada de diversos pontos de vista, não mais apenas pela via agrícola ou agropecuária e até mesmo pela via rural. Desse ponto de vista, não estranha a quem conhece a temática da luta pelo desenvolvimento que a Representação do IICA no Brasil esteja construindo parcerias com instituições que tratam de energia elétrica, da gestão de políticas públicas, inclusive do desenvolvimento regional, de segurança de barragens, das metodologias de monitoramento e avaliação de políticas e programas, entre outros temas associados.

Também foi animador ver um painel formado por agentes de financiamento do desenvolvimento, como FIDA, BID, BIRD e BNDES. Os países e suas políticas necessitam contar tanto com recursos externos quanto com a assistência técnica e cooperação que lhes corresponde. Nesse sentido, o Painel 6 mostrou a rede de interação que podem tecer o IICA e os citados agentes de financiamento.

Por último, fica a sugestão ao IICA – que já promoveu quatro reuniões de intercâmbio entre 2008-2011, em Brasília – para que leve experiências similares às regiões, de maneira a descentralizar o intercâmbio de experiências da forma mais concreta possível. Nesse caso, é importante que o IICA conte com a participação expressiva dos atores e das lideranças das áreas alcançadas pelo seu trabalho, para ter uma nova dimensão de interatividade e de avaliação de seus esforços e resultados.



## 5 Atividades complementares

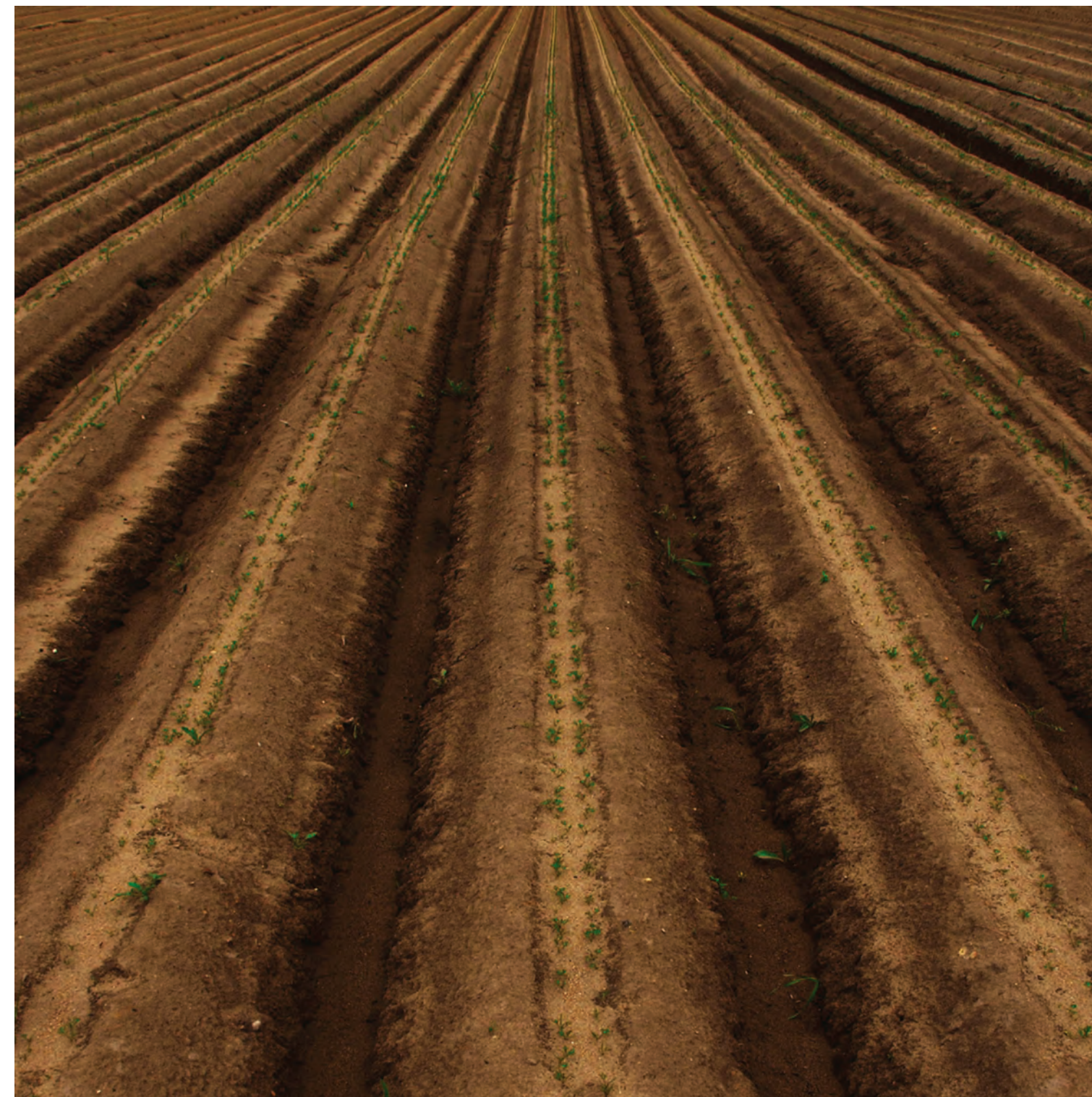
Dentre as atividades complementares à *IV Reunião de Intercâmbio* destacam-se as reuniões realizadas entre diversas entidades cooperantes, tendo em vista a expansão de trabalhos em curso e a abertura de novas frentes de cooperação.

INSTITUIÇÃO		TEMA DA REUNIÃO
1	Eletrobras, Eletronorte IICA, MME Seagro-TO	Elaboração do Atlas Eólico do Estado do Tocantins
2	IICA, INSA	Acordo de Cooperação IICA-INSA
3	CERB DNOCS, IICA	Demonstração prática da experiência IDAMS
4	Governo do Ceará Governo do Piauí IICA	Capacitação a distância
5	IICA – Brasil IICA – Argentina (Hernando Hiveros)	Informações referentes ao Sistema de Gestão do Conhecimento
6	Procitrópicos – IICA Seagro-TO	Atuação da Embrapa no Estado do Tocantins




7	Emater-DF IICA, MI	Revitalização do Canal Santos Dumont
8	Eletronorte IICA	Projeto Ipirá Produção de Alevinos tanques/redes
9	Banco Mundial Governo do Tocantins	Acordo de empréstimo ao estado
10	IICA – Brasil IICA – Sede Central INMET	Contexto do Projeto com Fundo Concursado Riscos Climáticos na Agricultura (Brasil/Paraguai/Uruguai/Argentina)
11	FIDA, IICA	Segmento a 2ª Fase do Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca na América do Sul
12	BID, IICA	Segmento a 2ª Fase do Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca na América do Sul
13	DNOCS IICA, UnB	Geoprocessamento e Georreferenciamento e Diagnóstico de 43 municípios (Bahia/Paraíba)
14	IICA MDA, MMA	Interação MDA E MMA – Superposição de Planos de Informação dos Territórios e Formação do MDA com as Áreas Suscetíveis a Desertificação do MMA
15	BNB, IICA	Gestão de Projetos de Cooperação Técnica

Registre-se, ainda, a assinatura do Protocolo IICA-FBB, que contou com a apresentação de um vídeo que registra os 25 anos de atividades da FBB.







## 6 Lista dos PCTs que foram objeto da IV Reunião de Intercâmbio



PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	INSTITUIÇÃO PARCEIRA	IDENTIFICAÇÃO NA ABC	SUPERVISOR NO IICA
Acesso e Uso da Energia Elétrica	Eletrobras	BRA/IICA/09/001	Heithel Silva
Agenda de Desenvolvimento	NEAD, do Ministério do Desenvolvimento Agrário	BRA/IICA/10/001	Cristina Costa
Agricultura Irrigada	Ministério da Integração Nacional	BRA/IICA/08/002	Heithel Silva
Agrofuturo	Embrapa	BRA/IICA/06/001	Fábio Prates
Consolidação do Crédito Fundiário	Ministério do Desenvolvimento Agrário	BRA/IICA/08/003	Aureliano Matos
Desenvolvimento Territorial	Ministério do Desenvolvimento Agrário	BRA/IICA/07/009	Breno Tibúrcio
Luz para Todos	Ministério de Minas e Energia	BRA/IICA/08/012	Aureliano Matos
PAN Desertificação	Ministério do Meio Ambiente	BRA/IICA/05/004	Gertjan Beekman
Políticas Regionais	Ministério da Integração Nacional	BRA/IICA/09/003	Heithel Silva



## 7 Anexos

### 7.1 Lista dos Participantes

A seguir, apresenta-se a lista das 153 autoridades, técnicos, profissionais e representantes de movimentos sociais que se inscreveram e participaram dos trabalhos da *IV Reunião de Intercâmbio*, por ordem alfabética:

Adhemar Lopes de Almeida, MDA

Adriana Novôa B. Bressan, MAPA

Adriano Rocha, IICA

Alaor Moacir Dall'Antonia Jr., INMET

Alba Evangelista Ramos, Seapa/DF

Alberto Renault Adib, IICA

Alejandro Gordillo, OTCA

Alejo Lerzundi Silvera, PCPR-PI

Alexandre Ramos Peixoto, MME

Aline Regina Fernandes, MCT

Almir Cezar de Carvalho Baptista Filho, MDA



Ana Cristina Nascimento de Barros, SDA-CE

Anael Aymoré Jacob, MDA

André Kauric, IICA

André Nepomuceno Dusi, Embrapa

Antônio Azevedo Gonçalves, Eletrobras

Antonio Benedito Ângelo, Macal Consultoria Agrossocial

Antonio Donizeti, IICA

Antonio Jeová Moura Sampaio, MST/SDA/CE

Antonio Marcio Buainain, Unicamp

Arthur Eustáquio Romaniello Saabor, Ibradec

Aureliano da Costa Matos, IICA

Aurélio Pavão de Farias, MME

Breno Aragão Tibúrcio, IICA

Bruno Barbosa, IICA

Carlos Guido Soares Azevedo, CGuido Consultoria Ltda.

Carlos Henrique Medeiros, CERB

Carlos Luis Miranda, IICA

Caroline Esser, IICA

César Oliveira, MDA

Christian Fischer, IICA

Cid Furtado Filho, Revista Brasileiros de Raiz

Claudia Gomes Chaves, FBB

Cristina Costa, IICA

Daniel Torres, IICA

Dino Sandro Borges de Castilhos, MDA

Donivaldo Pedro Martins, MI

Eduardo Luis de Paula Borges, Eletrobras

Elaene Leila de Oliveira Rocha, Codevasf

Emanuel Gonçalves de Melo, IICA

Ércio Lima, Eletronorte

Eriksson Camargo Chandonjha, MAPA

Fábio Prates, IICA

Fernanda Corezola, MDA

Fernanda Meireles, IICA

Fernanda Rocha, IICA

Fernando Danda Vasconcelos, PCPR-PI

Fernando Portella Rosa, IICA/Consultor

Fernando Ribeiro Gonçalves Brame, Eletrobras

Flávio Giovanetti de Albuquerque, MI

Francisco Carneiro Barreto Campello, MMA







Francisco Eduardo de Holanda Bessa, CGU

Germán Garcia da Rosa, Segib/Brasil

Gertjan Beekman, IICA

Gilberto Cotta de Figueiredo, Seapa/DF

Gisele Selhorst Ceccon, IICA

Grazieli Adjafre, IICA/ABC

Heithel Silva, IICA

Helmut Eger, GIZ/Brasil

Henrique Ludovice, Eletronorte

Henrique Neves da Silva, Lacombe e Neves da Silva Advogados Associados

Henrique Villa da Costa Ferreira, MI

Hernán Chiriboga, IICA

Hernando Riveros, IICA

Hivael Bruno, MDA

Ignácio Héran Salcedo, INSA/MCT

Ivan Cossio, FIDA

Ivana Resende de Araujo Pereira, Codevasf

Ivanilson Guimarães, MDA

James French, IICA

Jamil Macedo, IICA/Procitrópicos

Jean Medaets, Consultor Autônomo

Jefferson D'Avila de Oliveira, FBB

João Geraldo Ferreira Rocha, IICA

Joaquim Calheiros Soriano, NEAD/MDA

John Horton, BID

Jorge Alfredo Streit, FBB

José Alberto de Almeida, DNOCS

José Ari Lacerda Braga, MME

José Lins, Seapa/DF

José Otamar de Carvalho, Geoeconomica

José Renato Esteves, MME

Josias Farias Neto, PCPR/CE – Projeto São José

Juliano de Queiroz Souza, IICA

Juliano Vieira, MAPA

Leida Farias, NEAD/MDA

Leny Maria Corazza, MPOG


Leoni Quaresma de Melo, PCPR-PI

Lúcia Maria Branco de Freitas Maia, IICA

Luciana Hemetrio Valadares, MMA

Luciana Mattei, IICA





Luciana Queiroz de Melo, Codevasf

Luis Valdés, IICA

Luiz Augusto Rocha, Emater/DF

Luiz Carlos Balcewicz, MMA

Luiz Eduardo Borges Leal, Seagro-TO

Manuel Rodolfo Otero, IICA

Mara Flora Lottici Krahl, UnB

Marcela Moreira Milhomem, IICA

Marcelo Cabral, MDS

Marcelo Pereira, Emater-DF

Marcelo Zonta Melani, MME

Marco Fabrino, INMET

Marco Farani, ABC/MRE

Marco Ortega, IICA

Marcus Vinicius Boente do Nascimento, MDA

Marcus Vinicius, IICA

Maria da Conceição da Silva, Codevasf

Maria Helena Langoni Stein, FBB

Maria Luiza Falcão, BNB

Mariângela Barboza de Figueiredo, MDA

Mário Salimon, Consultor Autônomo

Mark Lundell, BIRD

Marlon Duarte Barbosa, MDA

Mauro César Teixeira Mendonça, MAPA

Mauro Márcio Oliveira, IICA/Consultor

Michelle Barron, Unicef

Milena Araguaia de C. S. Lima, MDA

Milton Nascimento, MDS

Nair Emi Iwakiri, Codevasf

Neli Bomfim Cerqueira, CERB

Niklas Stephan, Unicef

Nilton Cesar dos Santos, Eletrobras

Osmar Abilio de Carvalho Júnior, UnB

Otávio Moreira do Carmo Júnior, MDA

Patrícia Olivera, IICA/INMET


Patrícia Santos, IICA

Paulo Dídimo Camurça Vieira, BNB

Paulo Pitanga do Amparo, MI

Pedro Pereira Nepomuceno, Universidade Corporativa Banco do Brasil

Raquel Cristina B. V. Pontes, DNOCS







Regina Furtado, IICA

Renato Felipe Veras de Carvalho, IICA

Ricardo Aguiar Magalhães, Ideiajato

Ricardo Henrique Padilha de Castro, MMA

Roberto Arnaldo Trancoso Gomes, UnB

Roberto Carlos Martinez Ângulo, IICA

Rodrigo Germano Rodrigues, IICA

Roger Augusto de Camargo, MDA

Roméia Moreira, IICA

Rosona Brandão de Obaldía, Eletronorte

Ruiter Luiz Andrade Pádua, Seagro-TO

Sandra Lúcia Pinheiro Fraga, IICA/Consultora

Sérgio Filgueiras de Paula, CGU

Severino Noel, IICA

Stelliany Symeon Messinis, IICA

Valéria Panno, Embrapa

Victor Arrúa, IICA

Victor Del Angel, IICA

Villi Fritz Seilert, IICA/Eletronorte

Wannuzia Maria Silva Nogueira Pinheiro, MDA

Wesley Ferro Nogueira, MDS

William George Lopes Saab, BNDES

## 7.2 Lista das Instituições Representadas

Segue a lista das 46 organizações que se fizeram representar na *IV Reunião de Intercâmbio*, por ordem alfabética:

Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores

Banco do Nordeste do Brasil

Banco Interamericano de Desenvolvimento

Banco Mundial

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.

CGuido Consultoria Ltda.

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas


Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia

Controladoria-Geral da União

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit/Brasil

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária


Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal





Fundação Banco do Brasil  
Fundo das Nações Unidas para a Infância  
Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola  
Goeconomica  
Ideijato Arquitetura Virtual Ltda.  
Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Econômico e Social  
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura  
Instituto Nacional de Meteorologia  
Instituto Nacional do Semiárido  
Lacombe e Neves da Silva Advogados Associados  
Macal Consultoria Agrossocial  
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Ministério da Ciência e Tecnologia  
Ministério da Integração Nacional  
Ministério de Minas e Energia  
Ministério do Desenvolvimento Agrário  
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Ministério do Meio Ambiente  
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Movimento dos Agricultores Sem-Terra, do Ceará

Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento, do Ministério do Desenvolvimento Agrário  
Organização do Tratado de Cooperação Amazônica  
Projeto de Combate à Pobreza Rural, do Ceará – Projeto São José  
Projeto de Combate à Pobreza Rural, do Piauí  
Revista Brasileiros de Raiz  
Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal  
Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Tocantins  
Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará  
Secretaria-Geral da Conferencia Iberoamericana, no Brasil  
Universidade Corporativa Banco do Brasil  
Universidade de Brasília  
Universidade Estadual de Campinas





### 7.3 Registro fotográfico da IV Reunião de Intercâmbio



Figura 1 – Abertura da IV Reunião de Intercâmbio: Manuel Rodolfo Otero (IICA), ministro Marco Farani (ABC), com a palavra, e Victor Del Angel (da Sede Central do IICA).



Figura 2 – Professor Antonio Marcio Buainain, palestrante da primeira conferência.





Figura 3 – Componentes do Painel 1: Adhemar Lopes de Almeida (MDA), Carlos Miranda (IICA), Joaquim Calheiros Soriano (MDA), com a palavra, e Fernanda Corezola (MDA).



Figura 4 – André Nepomuceno Dusi (Embrapa), um dos apresentadores do Painel 2.





Figura 5 – Maria Júlia Signoretti (MAPA), uma das apresentadoras do Painel 2.



Figura 6 – Avaliação da PNDR, tema do Painel 2: Mauro Márcio Oliveira (Consultor), Aureliano da Costa Matos (IICA) e Henrique Ferreira Villa (MI), com a palavra.





Figura 7 – Programa Luz para Todos, Painel 3: Fernando Brame (Eletrobras), Nilton César dos Santos (Eletrobras), Eduardo Borges (Eletrobras), com a palavra, e Heithel Silva (IICA).



Figura 8 – Estatísticas da Agricultura Irrigada no Brasil, Painel 4: Gertjan Beekman (IICA) e Flávio Giovanetti de Albuquerque (MI), com a palavra.





Figura 9 – Planos Estaduais de Desertificação, Painel 4: Gertjan Beekman (IICA) e Francisco Carneiro Campello (MMA), com a palavra.



Figura 10 – Membros do Painel 5: Antonio Jeová (Projeto São José), Ana Cristina Barros (Projeto São José), Cristina Costa (IICA), com a palavra; Neli Cerqueira (CERB), Carlos Medeiros (CERB) e Ricardo Magalhães (Ideiajato).





Figura 11 – Membros do Painel 6: Ivan Cossio (FIDA), Mark Lundell (BIRD), Manuel Otero (IICA), William Saab (BNDES) e John Horton (BID), com a palavra.



Figura 12 – Henrique Neves da Silva (advogado), apresentando o tema da segunda conferência, e Manuel Otero (representante do IICA no Brasil).





Figura 13 – Assistência a uma dos painéis da IV Reunião de Intercâmbio do IICA, Brasília, 2011.



Figura 14 – Tomada da plateia de uma das sessões da IV Reunião de Intercâmbio do IICA, em Brasília, 2011.





Figura 15 – Uma das reuniões realizadas no Espaço de Articulação, como exemplo de atividades paralelas à IV Reunião de Intercâmbio do IICA, em Brasília, 2011.



Figura 16 – Exposição de painéis na IV Reunião de Intercâmbio do IICA, em Brasília, 2011.





Figura 17 – Exposição de publicações da IV Reunião de Intercâmbio do IICA, em Brasília, 2011.



Figura 18 – Assinatura do Protocolo entre a FBB e o IICA: ... (presidente da FBB) e Manuel Rodolfo Otero (representante do IICA no Brasil), durante a IV Reunião de Intercâmbio, em Brasília, 2011.

